

DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO

Celso Furtado



UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Biblioteca Central

EDITORA FUNDO DE CULTURA
BRASIL PORTUGAL

*

Primeira edição: junho de 1964

Segunda edição: setembro de 1964

338.981

338.981

2984d

F 984d

2544

544

- FCH/128

© Copyright by
CELSO FURTADO

Reservados todos os direitos de publicação,
total ou parcial, em língua portuguesa,
pela EDITORA FUNDO DE CULTURA S.A.
Rua do Ouvidor, n.º 86 - 2.º andar, Rio de Janeiro,
Rua Rêgo Freitas, N.º 574 - 3.º andar, São Paulo e
Rua da Madalena, N.º 211 - 3.º andar, Lisboa.

*Lembraí-vos sempre de que não existe
felicidade sem liberdade, e de que o
fundamento da liberdade é a coragem.*

PÉRICLES, *Discurso aos Atenienses*, citado por
TUCÍDIDES em *A Guerra do Peloponeso*, Livro 2.

Aos companheiros da SUDENE,
peregrinos da Ordem do Desenvolvimento.

PLANO DA OBRA

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE: DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO

1. Reencontro da Dialética
2. O Desenvolvimento Econômico no Processo de Mudança Cultural
3. As Lutas de Classes no Desenvolvimento das Instituições Políticas
4. As Ideologias de Classe na Luta Pelo Poder
5. Dialética do Desenvolvimento Capitalista
6. Projeções Políticas do Subdesenvolvimento

SEGUNDA PARTE: DIAGNÓSTICO DA CRISE BRASILEIRA

1. A Economia Brasileira: Visão de Conjunto
2. As Causas Econômicas da Crise Atual
3. O Processo Revolucionário no Nordeste

INTRODUÇÃO

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. E essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e a omissão de outros. Os cientistas, responsáveis pela manipulação dessa suprema criação do intelecto humano que é a ciência experimental, puseram-se a serviço de mitologias políticas contra a humanidade, transformando o destino do homem sobre a Terra em simples dado de um problema político a ser enfrentado cada dia, problema que por sua própria natureza está essencialmente constituído de elementos irracionais. Por seu lado o cientista social, a quem cabe projetar alguma luz sobre as prováveis conseqüências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público — o que pode significar prevenir em tempo atos que, por terem sido praticados com inconsciência, não são menores crimes contra a coletividade —, é o grande omissor da época presente, por comodismo ou covardia. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas, não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe facultava mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência.

Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana — atributo inalienável do ser do intelectual.

Os ensaios reunidos no presente volume são o resultado de um esforço realizado partindo de ângulos diversos, para captar a essência do problema do subdesenvolvimento e identificar as causas da crise de transformação que atravessa o Brasil. Esse esforço, no que tem de fundamental, foi realizado em tempo extremamente reduzido: os dias que se sucederam à tentativa de instauração do estado de sítio no país, em setembro passado. Em face da precipitação dos acontecimentos, que parecia iminente, senti que a responsabilidade do trabalhador intelectual se sobrepunha a todas as demais, e uma vez mais pude comprovar que são as circunstâncias que dizem quanta sobrecarga de trabalho pode alguém impor-se. O primeiro capítulo da 2.^a parte, escrito originalmente para público não brasileiro, foi aqui incluído porque pode servir de tela de fundo à análise apresentada nos dois capítulos subseqüentes, que carecem da perspectiva histórica e dos dados concretos ali apresentados.

C. F.

Recife, janeiro de 1964.

REENCONTRO DA DIALÉTICA

O ESFÔRÇO realizado por Hegel para formular os princípios de uma lógica do processo histórico constituiu o ponto de partida do mais importante movimento de renovação do pensamento social no século XIX. Hegel instituiu o princípio de que o mundo não está constituído por *coisas* acabadas, e sim por um conjunto de *processos* e de que somente uma lógica do desenvolvimento nos poderá capacitar para compreender êsses processos, denominando a essa lógica de dialética. Se bem que em sua preocupação de tudo abarcar em um “sistema filosófico” Hegel deu uma excessiva extensão à aplicabilidade do método dialético, seu ponto de partida foi indubitavelmente a idéia de desenvolvimento que lhe veio de detida observação dos processos históricos. Com a dialética êle pretendeu a um tempo entender a história e demonstrar que existe uma “necessidade histórica”. Cada período histórico teria um caráter próprio que unificaria tôdas as instituições de uma época, tais como religião, política, artes, etc. Uma modificação fundamental introduzida em qualquer dessas instituições teria repercussões em tôdas as demais; mas tais modificações não se produziriam de forma caótica, e sim como resposta a outras modificações anteriores e dentro de uma lógica cujo princípio básico traduziria o fato de que os processos históricos se produzem por contrários. A dialética leva a compreender a história como uma oposição de forças em equilíbrio móvel. O impulso criador da história está no conflito de forças contrárias, mas é porque existe um equilíbrio

móvel dessas forças que os processos históricos apresentam um “sentido”. Dêste sentido é que Hegel derivava sua concepção de “necessidade histórica”. O fato de que Hegel, em sua ânsia de integrar um sistema filosófico, fôsse buscar no desenvolvimento de uma suposta Idéia Absoluta o fundamento da dialética não tinha maior significação do ponto de vista da validade desta como método. Marx compreendeu muito bem êste ponto quando afirmou que Hegel havia concebido a dialética de cabeça para baixo, e que tudo que lhe coube fazer foi pô-la de cabeça para cima.

As dificuldades fundamentais que enfrentou a utilização da dialética como instrumento de trabalho, no século XIX, resultaram de duas tendências surgidas entre os pensadores marxistas que a aplicavam. A primeira dessas tendências tem as suas raízes no próprio Hegel, se bem que dificilmente poderia encontrar justificativa no pensamento de Marx: trata-se do esforço para generalizar a dialética, aplicando-a à explicação dos fenômenos naturais. A segunda dessas tendências, decorrência da primeira, resultou do desejo de transformar a dialética num conjunto de *regras* de aplicação universal.

A essência do pensamento dialético está na idéia simples de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes. O todo é inicialmente captado através de uma síntese, em grande parte intuitiva, que realiza o espírito humano, e é a partir dessa síntese que a análise das partes adquire sentido. Daí não resulta, entretanto, que, inexistindo a imagem do todo, estejamos impossibilitados de estudar as partes. A ciência experimental é exatamente o esforço sistemático que realiza o homem para compreender o mundo que o circunda prescindindo de uma concepção do todo. Não existe uma antinomia entre a dialética e o método convencional aplicado na ciência experimental. Ocorre, entretanto, que, para o cientista, o método dialético resulta ser demasiadamente grosseiro ou é desnecessário. Consideremos o caso de um paleontólogo que analisa um fóssil para saber a que animal pertence. É natural que nesse caso se admita que o todo é o animal e

que o paleontólogo somente chegará a uma conclusão positiva se dispuser, de antemão, de uma tipologia desses animais. Entretanto, essa tipologia, que tanto poderá incluir animais existentes, como animais que já existiram ou que poderão ter existido, foi elaborada partindo de animais que o homem pôde estudar exaustivamente pelos métodos convencionais da ciência. Analisando atentamente o sistema solar, através dos componentes desse sistema que conhecia, Herschel pôde inferir a existência de um planeta desconhecido. Seria, entretanto, equivocado supor, também neste caso, que se partiu de uma concepção do todo para conhecer as partes. Em realidade, o todo — Sistema Solar — não é senão uma hipótese formulada para explicar o comportamento das partes, pontos de partida da análise. O poder explicativo dessa hipótese global estava limitado por um inadequado conhecimento das partes, o que exigiu a formulação de hipóteses adicionais sobre as próprias partes. O mesmo se poderia dizer com respeito à descoberta de uma substância cuja probabilidade de existência foi inicialmente inferida da análise da Tábua de Mendeleev. A ciência procura conhecer o comportamento dos fenômenos, relacionando uns com outros, com vistas a inferir êsse comportamento no futuro. Muitas vezes se formulam hipóteses sobre o comportamento de um conjunto de fenômenos interdependentes, os quais são apresentados como um *sistema*. A idéia de sistema não deve ser confundida com a de *todo*, cuja imagem se forma antes do conhecimento analítico das partes. Um sistema somente pode ser identificado através de uma exata definição de um conjunto de relações que fazem com que suas partes sejam interdependentes.

A importância da dialética na compreensão dos processos históricos deriva exatamente do fato de que a história, ao nível dos conhecimentos presentes do homem, não pode ser reconstituída a partir da análise isolada da multiplicidade de fatos que a integram. Entretanto, o homem pela *praxis* individual — “experiência original da dialética”, para usar a

expressão de Sartre¹ — intui do processo histórico aquela visão sintética capaz de dar unidade à multiplicidade. É partindo dessa experiência original que se pode falar de dialética como instrumento de compreensão dos processos históricos. Lukacs captou este ponto muito bem quando afirmou que o problema central da dialética é o conhecimento da totalidade do fenómeno histórico.² Essa totalização é um pré-requisito para a análise do comportamento das partes. Assim, a oposição dos contrários somente tem significação como oposição das partes ao todo, do todo às partes e do todo a ele mesmo no curso de uma totalização.³

A idéia de interdependência das distintas instituições existentes em uma determinada etapa histórica, formulada por Hegel, derivava-se da concepção totalizante da história. O esforço de Marx se dirigiu no sentido de identificação das forças primárias que, atuando dentro do todo, provocavam a cadeia de reações sob cuja forma se apresenta o processo de desenvolvimento histórico. No ponto mais baixo dessa cadeia, Marx identificou as relações de produção que se estabelecem entre os homens que vivem em sociedade. Essas relações de produção — que são uma função do desenvolvimento das forças produtivas, vale dizer da tecnologia constituem em seu conjunto a estrutura econômica da sociedade; os demais segmentos da estrutura social estariam condicionados por aquela infra-estrutura econômica.⁴ A essência da hipótese que formu-

1. Jean-Paul Sartre, *Critique de la Raison Dialectique* (Paris: Gallimard, 1957) p. 373. No mesmo sentido afirma Lukacs: "a prática constitui o critério da verdade teórica: a exatidão ou inexactidão do reflexo no pensamento da realidade objetiva que existe independentemente de nossa consciência, ou melhor ainda, a medida em que dela nos aproximamos, verifica-se somente na e pela prática". *La Destruction de la Raison* (Paris: L'Arche Éditeur, 1958), Tomo I, p. 23.

2. Georges Lukacs, *Histoire et Conscience de Classe*, citado por Jean-Paul Sartre em *Marxisme et Existencialisme* (Paris: Plon, 1962), p. 3.

3. Jean-Paul Sartre, *Marxisme et Existencialisme*, p. 6.

4. Veja-se em particular o Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859). Citado da tradução francesa de Laura Lafargue (Paris, Marcel Giard, 1928).

lou Marx significa apenas que, dentre os fatores determinantes de uma estrutura social, o mais irreduzível é o nível do desenvolvimento tecnológico. Trata-se, evidentemente, de uma hipótese formulada a um elevadíssimo nível de abstração, pela qual se reduzem as múltiplas variáveis que interferem no processo histórico a uns quantos elementos. Entretanto, foi essa audaciosa simplificação que permitiu a Marx construir o primeiro modelo explicativo da mudança social, dando à dialética uma extraordinária eficácia no estudo dos processos históricos. Apresentando a realidade social integrada por dois setores — infra-estrutura, constituída pelas forças produtivas, e superestrutura, composta pelos valores ideológicos — ele construiu o mais simples de todos os modelos dialéticos — aquele em que o todo está formado de apenas duas partes. Essa mesma simplificação audaciosa é a repetiria ao dividir a sociedade, para efeitos de análise, em duas classes, cujo conflito fundamental operaria como força motriz do processo histórico. Até que ponto essas simplificações afastaram o modelo dinâmico da realidade imediata, não nos preocupa neste momento. Não há dúvida, entretanto, que elas permitiram penetrar na análise da história em uma fase em que as ciências sociais ainda estavam em formação.

O esforço de elaboração teórica das ciências sociais nos últimos decênios orientou-se, fundamentalmente, no sentido de construção de modelos capazes de proporcionar uma percepção totalizante dos processos históricos, e neste sentido houve um amplo reencontro com os elementos básicos do pensamento dialético, na forma em que este foi desenvolvido por Marx. Com efeito, ao colocarem-se os conceitos de cultura e de organização social no centro das preocupações da antropologia e da sociologia, abriu-se o caminho para concepções totalizantes afins com o pensamento dialético. A partir do momento em que os antropólogos compreenderem que os diferentes elementos de uma cultura estão funcionalmente inter-relacionados, ter-se-ia necessariamente que caminhar para a construção de modelos — instrumentos descritivos e explicati-

vos de um conjunto integrado de processos —, e os mais simples destes são aqueles que nos permite construir o enfoque dialético. “O tratamento isolado ou atomizado dos traços de uma cultura, observa Malinowsky, pode ser considerado como estéril, pois a significação de uma cultura consiste nas relações entre os seus elementos.”⁵ Ao tentar projetar no tempo essas inter-relações, caminhou-se para a formulação de uma teoria das mudanças sociais, a qual levaria necessariamente à utilização progressiva de modelos sociais dinâmicos. Sendo tais elementos empíricos disponíveis limitados ou insuficientes, êsses modelos teriam de ser construídos com base em hipóteses simplificadoras. “As taxas de mudança social diferem não apenas de acôrdo com os estádios do desenvolvimento social, diz W. F. Ogburn, mas também para as distintas partes da herança social. Essa herança pode ser dividida, para os fins da análise, em objetivos materiais (incluindo os processos de sua produção e uso) e cultura não material, incluindo organização social, ciência, arte, filosofia, música, pintura, escultura, religião, moral, costumes, etc. Observações, se bem que não baseadas em estatísticas, parecem mostrar que as mudanças mais rápidas, nos tempos presentes, são as que ocorrem na cultura material e na ciência e as mudanças menos rápidas e menos numerosas são ocorridas nos demais aspectos não materiais da cultura. Assim, a base material e científica da cultura parece estar crescendo muito mais rapidamente que a parte não material. . . . As partes de nossa herança social estão intimamente correlacionadas, e quando uma parte se modifica, aquelas que lhe são correlacionadas também necessitam modificar-se. . . . Na época presente é a vida social que é compelida a ajustar-se ela mesma às mudanças na cultura material.”⁶ Este modelo, que nos dá uma visão integrada da cultura como um sistema, está formulado a um nível de abstração tão alto como a hipótese de

5. Bronislaw Malinowsky, “Culture”, in *Encyclopedia of the Social Sciences*.

6. W. F. Ogburn, “Social Change”, in *Encyclopedia of the Social Sciences*.

Marx. Temos a cultura dividida em dois grandes segmentos e o desenvolvimento mais rápido da base material exigindo adequadas acomodações na superestrutura não material. Tôdas as qualificações que possam ser feitas com respeito a êste modelo também poderão sê-lo para a hipótese de Marx. Engels se apressou a introduzir essas qualificações quando escreveu que “as diversas partes da superestrutura. . . exercem igualmente sua ação sôbre o curso das lutas históricas e lhes determinam, preponderantemente, em muitos casos, a forma”.⁷ O que existe de fundamental e comum aos dois modelos é a constatação de que, sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, tôda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a ajustar-se às novas condições, ajustamentos êsses que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sôbre a base material. Os estudos de mudança social, conduzidos de ângulos diversos, têm levado quase sempre à mesma conclusão de que a dinâmica cultural decorre basicamente do comportamento particular de determinados setores. “Quando examinamos diferentes culturas, diz o Prof. M. J. Herskovits, percebemos que elas diferem não apenas com respeito à sua forma externa, mas também no que respeita às preocupações dominantes dos seus portadores.” A êsse campo de preocupação dominante, Herskovits chama de *focus* da cultura, para, em seguida, afirmar que “existe pouca dúvida que o *focus* cultural em nossa sociedade moderna reside no campo da tecnologia”.⁸ E chama a atenção para o fato de que, se bem estamos inclinados a aceitar com facilidade tôdas as inovações tecnológicas, oferecemos grande resistência a qualquer inovação no campo da religião ou da família. O que interessa aqui assinalar é o reconhecimento de que o processo de rápida mudança que

7. Veja-se a carta a Joseph Bloch, de 21 de setembro de 1890, in *Études Philosophiques* (Paris, Éditions Sociales, 1947), p. 123.

8. Melville J. Herskovits “The Processes of Cultural Change”, in *The Science of Man in the World Crises*, editado por Ralph Linton (Nova York, Columbia University Press, 1945) pp. 164-167.

caracteriza a nossa cultura reflete as transformações intensivas que uma tecnologia em acelerado desenvolvimento introduz no seu processo produtivo. E, enquanto estivermos neste terreno, permaneceremos dentro do marco da hipótese simplificada que formulou Marx partindo da concepção dialética da história.

Observamos anteriormente que a idéia de sistema, como modelo analítico, é uma decorrência do desenvolvimento do método científico. "Um modelo analítico é uma construção mental consistindo de um conjunto de elementos em inter-relação, estando precisamente definidos tanto os elementos como suas inter-relações."⁹ Na medida em que o trabalho científico permitiu passar, no campo dos estudos sociais, das classificações simples de fenômenos para a identificação de inter-relações entre fenômenos, é que foi possível construir modelos representativos do comportamento desses fenômenos. Tais modelos, tanto no campo da economia como no das ciências em geral, estiveram inicialmente orientados para a representação de supostas situações de equilíbrio estável. "É essa noção de equilíbrio, nos diz Myrdal, que está implícita nas construções sociológicas do *desajustamento* e *ajustamento* e todos os seus múltiplos sinônimos ou quase sinônimos, concebendo-se o equilíbrio como uma realidade virtual determinante da direção da mudança."¹⁰ Independentemente dos preconceitos ideológicos que orientaram os cientistas sociais no sentido de uma justificação do *status quo* social — para o que encontravam nos modelos de equilíbrio estável um instrumento ideal — cabe reconhecer que a construção de modelos dinâmicos em qualquer campo das ciências sociais constitui tarefa de não pequena complexidade. Trata-se, em última instância, de definir as condições em que as múltiplas variáveis de um sistema

9. Everett E. Hagen, *On the Theory of Social Change* (Illinois, The Dorsey Press, 1962), p. 505.

10. Gunnar Myrdal, *An American Dilemma*, Appendix 3, pp. 1065-1070, reproduzido em *Value in Social Theory* (Londres: Routledge & Kogan Paul, 1958), pp. 198-205.

mudam de uma posição de equilíbrio para outra, como decorrência de alterações em alguns dos parâmetros desse sistema. Ainda assim estaríamos no terreno do que se convencionou chamar de estática comparativa, na medida em que nos limitássemos a comparar as variáveis em suas duas posições de equilíbrio. O modelo dinâmico seria aquele que nos permitisse definir todos os valores que apresentará a variável em observação na fase de transição da posição inicial para a final. Um passo adiante na penetração deste complexo problema foi dado por Myrdal com seu modelo de causação social dinâmica. Observando o Problema do Negro nos Estados Unidos, comprovou êle que os múltiplos fatores que interferiam nesta questão estavam inter-relacionados de uma forma especial. Para equacionar o problema, definiu uma série de variáveis pertinentes, tais como o nível de emprêgo dos Negros, os seus salários, habitação, nutrição, vestimenta, saúde, educação, estabilidade nas relações de família, modos, higiene pessoal, comportamento, honradez, obediência à lei, lealdade para com a sociedade como um todo, etc. Qualquer movimento numa dessas variáveis, conforme êle constatou, tendia a arrastar as demais na mesma direção. É que qualquer movimento de uma "variável negra" na direção da "variável branca" (redução da diferença do salário dos negros com respeito ao dos brancos, por exemplo) tende a reduzir o preconceito de raça dos brancos, e esta última redução atua sobre tôdas as demais "variáveis negras" no sentido do primeiro movimento. Daí inferiu Myrdal o seu Princípio Cumulativo, segundo o qual qualquer mudança em um fator pertinente operada em um sistema põe êste em movimento em determinada direção com uma velocidade dependente do impulso inicial. Afirma êle que "esta concepção de um grande número de fatores interdependentes mutuamente cumulativos nos seus efeitos permite superar a idéia de um fator predominante, um *fator básico*".¹¹ Entretanto, não se vê como, sem a hipótese inicial do preconceito de raça existente entre os brancos, poderia êle encontrar uma

11. *Idem*. p. 204.

solução para o seu sistema. Existe no caso um *fator básico*, que é o preconceito de raça, o qual constitui o elemento dinâmico inicial, em função do qual é possível definir as demais variáveis.

Identificar as inter-relações entre os múltiplos fatores que integram um sistema não seria suficiente para constituir um modelo dinâmico, isto é, para explicar um processo de desenvolvimento. Sempre será necessário introduzir algum elemento exógeno, ou seja, modificar algum dos parâmetros estruturais. Parece haver um consenso geral de que esse parâmetro em permanente modificação nas sociedades modernas é a técnica. Por um processo cumulativo ou de causação circular idêntico ao descrito por Myrdal, as inovações tecnológicas põem em marcha uma série de reações que passam a reproduzir-se *ad infinitum*: causam um aumento na produtividade média do sistema, que por sua vez causa maior disponibilidade de bens e serviços, que por sua vez causa maior impulso ao desenvolvimento científico, que por sua vez causa novos avanços tecnológicos... Desta forma, por mais que tenhamos avançado na construção de modelos, cabe reconhecer que sempre partimos para sua construção de algumas hipóteses intuitivas sobre o comportamento do processo histórico como um todo. E a mais geral dessas hipóteses é a que nos proporciona a dialética, pela qual o histórico é aquilo que necessariamente se encontra em desenvolvimento. A idéia de desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico — como “síntese de várias determinações, unidade da multiplicidade”, na expressão de Marx¹² — a partir da qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico. Ao elevado nível de abstração em que é hoje factível construir o modelo de um processo histórico, não é possível definir senão um número limitado de relações com respeito a um número ainda mais

12. Contribuição à Crítica da Economia Política, p. 334.

limitado de variáveis. Como as hipóteses explicativas do processo de desenvolvimento são formuladas a partir desses modelos elementares, compreende-se que tais hipóteses sejam simplificações verdadeiramente heróicas. Na medida em que se elaborem modelos com um número maior de variáveis, também será possível introduzir hipóteses explicativas do processo de desenvolvimento histórico capazes de abarcar um número maior de situações concretas. Uma hipótese simplificadora como a que formulou Marx, agrupando os elementos que compõem a estrutura social em infra-estruturais (relacionados com o processo produtivo) e superestruturais (valores ideológicos), teve extraordinária importância como ponto de partida para o estudo da dinâmica social. Até o momento presente essa hipótese não foi substituída por outra de maior eficácia explicativa, ao nível de generalidade a que foi formulada. Contudo, é necessário reconhecer que escasso é o valor que apresenta como instrumento de orientação prática um modelo analítico formulado a esse nível de generalidade. E o objetivo da ciência é produzir guias para a ação prática.

2

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PROCESSO DE MUDANÇA CULTURAL

O CARÁTER a-histórico da análise econômica moderna, se bem facilitou a introdução e permitiu o aperfeiçoamento de importantes instrumentos metodológicos — a concepção de equilíbrio parcial e geral, por exemplo —, criou sérias dificuldades à colocação dos problemas econômicos em termos de desenvolvimento. Com efeito, na medida em que o analista se esmerava no estudo das condições de equilíbrio à base de relações funcionais instantâneas, incapacitava-se mentalmente para captar os fenômenos econômicos *em desenvolvimento*, como aspecto de um processo mais amplo de mudança social, cujos contornos somente são perceptíveis no contexto de uma realidade histórica, isto é, partindo-se de alguma imagem figurativa do todo social e de seu comportamento no tempo.

A tradição do pensamento econômico, a partir de Adam Smith, estivera profundamente impregnada de elementos históricos. Assim, a teoria ricardiana da distribuição assentava diretamente na análise de uma sociedade de classes, em que elementos feudais em lenta decomposição atuavam como fatores de entorpecimento no processo do desenvolvimento capitalista. Partindo dessas hipóteses ricardianas, formulou Marx uma teoria da mudança social aplicável às sociedades capitalistas, à qual estão intimamente ligadas suas idéias sobre desenvolvimento econômico.

Na essência dessas idéias, estava a concepção, diretamente derivada da dialética hegeliana, de que o capitalismo como forma de organização social seria *necessariamente superado*.

A crítica ao caráter teleológico da concepção de Marx — na qual se assinalava um conceito valorativo de *progresso*, implícito — provocou no pensamento econômico uma séria distorção, da qual resultou não somente o esvaziamento do conteúdo histórico dos fenômenos que preocupavam o economista, mas também a quase impossibilidade de compreender esses fenômenos como um *processo*, no contexto da mudança social.

A reação contra o caráter determinista ou teleológico das idéias de evolução e progresso, caras ao século XIX, fez surgir no campo da antropologia o conceito de mudança social. Concebendo a cultura como um processo, em que surgem modificações em um fluir permanente, os antropólogos passaram a preocupar-se com os fatores responsáveis por essas mudanças, estudando em detalhe, para uma determinada cultura, os elementos mais sujeitos a mudança. Esses estudos tanto restabeleceram o interesse pelos aspectos *históricos* da herança social como levaram a uma compreensão mais aguda da interdependência entre os distintos elementos materiais e não materiais que integram uma cultura. Demais, a percepção dessa interdependência funcional levou à compreensão da cultura como um *sistema* e abriu a porta às tentativas de aplicação de instrumentos de análise mais aperfeiçoados no estudo do comportamento desses sistemas, seja no condicionamento de formas hipotéticas de equilíbrio, seja nos seus aspectos propriamente dinâmicos.

A introdução de modelos analíticos dinâmicos no estudo dos sistemas sociais representaria, por outro lado, para a antropologia e a sociologia o reencontro necessário com a teoria econômica. E para a economia esse reencontro significou a volta a formas de pensamento historicista.

As mudanças sociais têm sua explicação básica na introdução de inovações, que podem ter origem endógena na cultura, ou serem tomadas de empréstimo a outras culturas. Sabendo-se que os elementos básicos de uma cultura guardam

entre si relações de interdependência, cabe admitir que a introdução de inovações em algum daqueles elementos tende a repercutir no conjunto, provocando uma série de reações. Estas reações podem ser de molde a restabelecer, para fins práticos, os valores iniciais das variáveis básicas, o que indicaria a existência de um sistema em equilíbrio estável. Assim, um conflito entre pessoas numa aldeia pode provocar a eliminação violenta de um chefe, o qual, entretanto, seria automaticamente substituído, restabelecendo-se praticamente a posição inicial.

As mudanças introduzidas na cultura material por inovações tecnológicas apresentam, entretanto, características particulares. Essas mudanças são necessariamente de caráter dinâmico, tendendo a provocar reações em cadeia. Consideremos o caso da invenção do tear mecânico. Sua introdução numa sociedade artesanal dá origem a uma série de reações, tanto na organização da produção como na distribuição do produto social. Estas últimas reações, por seu lado, podem repercutir no processo social de formação do poder, o que terá reflexos na distribuição da carga impositiva, na política de importações, etc., abrindo-se nova série de reações em cadeia no campo econômico. Em realidade, a inovação tecnológica, ao modificar um *parâmetro* no sistema social, põe em marcha um processo de reajustamentos, cuja representação figurativa somente seria possível através de um modelo dinâmico.

Se se tem em conta que as mudanças nos processos produtivos, decorrentes de inovações tecnológicas, têm caráter dinâmico — criando situações que tornam *necessárias* outras mudanças — é natural que a melhor maneira de representá-las seja sob a forma de um *fluxo* de permanentes transformações na cultura material. E como estas transformações se traduzem em aumento na oferta de bens e serviços à disposição da coletividade e determinam a liberação de mão-de-obra de uns setores e sua absorção em outros, é de esperar que tenham repercussões em toda a estrutura social.

A análise do processo de mudança em um sistema cultural permite identificar aquelas inovações que não provocam modificações definitivas no equilíbrio desse sistema, sendo portanto absorvidas, bem como aquelas outras tipicamente de caráter dinâmico. As inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo se incluem entre estas últimas e, em razão das reações em cadeia que provocam num fluir permanente, condicionam todo o processo de mudança social. Contudo, como as mudanças na cultura não material — no sistema de valores sociais — se efetua a um passo muito mais lento que as transformações no sistema de produção, compreende-se que nas épocas de rápida absorção de inovações possa haver grandes tensões psicossociais. Marx captou a essência desse problema quando afirmou que em determinadas condições históricas a superestrutura ideológica pode atrasar-se com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e transformar-se num freio a esse desenvolvimento, situação em que se abriria uma época de revolução social.

O modelo antes apresentado de rápidas modificações tecnológicas no processo produtivo com repercussões necessárias nos demais elementos básicos da cultura tem sua validade historicamente condicionada. Sua formulação assenta no estudo das economias capitalistas, cuja industrialização teve início no século XIX. Nas economias capitalistas de industrialização posterior (fenômeno atual do subdesenvolvimento), um processo de rápida mudança na cultura não material teve muitas vezes um papel determinante. As inovações absorvidas de outras culturas nas atitudes e hábitos provocaram, via de regra, uma total modificação nas expectativas de importantes camadas da população, o que pôde dar lugar a uma cadeia de reações com repercussões em toda a estrutura social. Contudo, uma vez iniciadas as modificações no sistema produtivo, as reações em cadeia decorrentes deram lugar a um novo processo tendente a aproximar-se do modelo referido anteriormente.

Se bem que o conceito de mudança social haja sido introduzido pelos antropólogos e sociólogos dentro da preocupação antievolucionista de retirar à história todo *sentido*, o conceito hegeliano de um movimento histórico em certa direção necessária — transferido para Marx com a dialética — apresenta-se de alguma forma revigorado na teoria do desenvolvimento econômico, como um caso particular do processo de mudança social. Com efeito, cabe definir o desenvolvimento econômico como um *processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas — preexistentes ou criadas pela própria mudança — são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas*. O avanço da ciência desempenha papel estratégico nesse processo, pois dele emanam as inovações tecnológicas. Mas, como o avanço da ciência está inter-relacionado com o desenvolvimento econômico, isto é, com a maior abundância de bens e serviços, é perfeitamente concebível que, em determinadas circunstâncias históricas — como ocorre no presente — se criem condições para o avanço progressivo da ciência, com perspectivas sempre renovadas para o desenvolvimento econômico de uma determinada sociedade.

A introdução de inovações em uma cultura não se efetiva sem suscitar resistências e estas, as mais das vezes, se manifestam através de conflitos sociais. O conflito resulta da busca consciente, pelos membros de uma sociedade, de valores que se excluem. Na busca desses valores os indivíduos ou grupos rivais usam as armas mais variadas, indo da violência à persuasão, do terror ao ridículo.

É fato de observação corrente que as inovações introduzidas na superestrutura de valores suscita reações maiores — provocando conflitos mais agudos — que aquelas que penetram no sistema produtivo. Com efeito, em razão da descentralização deste último nas economias capitalistas, a introdução de inovações tem, de início, uma incidência limitada. Assim, a produção de um novo artigo ou a introdução de um

nôvo processo surgem inicialmente como fatos isolados, de repercussões imprevisíveis. Os interesses inicialmente contrários podem ser limitados ou de difícil identificação. É na fase de difusão da inovação que começam a manifestar-se. O nôvo produto pode provocar uma baixa de renda em uma região agrícola distante, e o nôvo processo pode dar início a certo desemprego. Entretanto, em razão da complexidade da atividade econômica, os conflitos resultantes daquelas duas inovações surgem entremesclados com outros, sendo difícil identificar as suas causas últimas.

Nas sociedades em que predomina a propriedade privada dos meios de produção, os conflitos resultantes da introdução de inovações nos processos produtivos tendem a transformar-se em conflitos de classes sociais. Como a difusão das inovações acirra a concorrência entre produtores, a luta destes pela sobrevivência exige um rigoroso policiamento dos custos de produção, ou seja, exerce pressão sobre os salários ou provoca a criação de desemprego. Desta forma, se bem a concorrência seja *entre produtores*, os seus efeitos últimos se traduzem em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados. Tomando consciência de que os objetivos que buscam se excluem, pois se trata de uma divisão do produto, os dois grupos tendem a uma articulação crescente, transformando-se em classes que se organizam para uma luta que, nas sociedades capitalistas, assume significação decisiva no processo social.

A introdução de uma inovação tecnológica, pelo fato mesmo de que tende a provocar um aumento do produto, cria um excedente que a coletividade pode utilizar, seja para aumentar sua capacidade produtiva, seja para a melhoria imediata do bem-estar social. Ali onde prevaleceu a propriedade privada dos meios de produção, as classes dirigentes trataram de reter, total ou parcialmente, esse excedente, incorporando-o ao processo de formação de capital com o fim de aumentar o seu próprio poder. Houvessem prevalecido as formas primí-

tivas de organização comunitária com a propriedade coletiva dos bens de produção, e as possibilidades de acumulação de capital teriam sido muito mais limitadas. Dessa forma, a divisão da sociedade em classes, com interesses que se excluem, constitui uma decorrência necessária da formação de capital que está na base do processo histórico de desenvolvimento econômico. Prevaleceram as formas de organização social que, a longo prazo, proporcionaram um crescimento mais rápido da riqueza social e, portanto, um maior poder ofensivo e defensivo da comunidade.

As lutas de classes engendradas pela forma de divisão social do trabalho que resultou ser a mais eficaz — com a apropriação por uma minoria dos bens de produção — refletem a tomada de consciência por grupos individuais do antagonismo de seus interesses. Como os conflitos subjacentes a essa luta de classes decorrem do próprio mecanismo de apropriação do excedente que permite o crescimento da capacidade produtiva, seria equivocado imaginar que ela entorpece o desenvolvimento econômico de uma sociedade. As agudas tensões psicossociais que caracterizam as fases de transição das economias pré-capitalistas para as capitalistas resultam muito menos da luta de classes em si do que da pressão que dessa luta advém para a mais rápida eliminação dos padrões culturais superados e sem quaisquer relações funcionais com o sistema produtivo capitalista. As formas de organização social assim postas em xeque correspondem a um sistema de interesses criados sem qualquer apoio na nova realidade econômica. E a defesa desses interesses tende a ser tanto mais encarniçada quanto os seus agentes estão incapacitados para captar subjetivamente a nova realidade social em formação, na qual não existe espaço para acomodá-los.

As inovações tecnológicas, que são a essência do desenvolvimento econômico, não provocam apenas modificações na estrutura do sistema da produção. Põem em movimento, con-

forme indicamos, uma cadeia de reações decorrentes da interdependência que existe entre os elementos básicos de toda cultura. Assim, as mudanças na estrutura econômica tendem a acarretar modificações em toda a estrutura social, o que ocorre não como uma causação simples, mas em função de determinadas condições históricas. Nas economias chamadas subdesenvolvidas, esse processo de ajustamento da estrutura social ao fluxo de mudanças decorrentes da assimilação de uma nova tecnologia apresenta uma série de peculiaridades que o distinguem do modelo corrente do desenvolvimento capitalista.

A economia capitalista desenvolvida de nossa época se configura como um sistema econômico-social com uma relativa aptidão para manter-se em equilíbrio dinâmico. O avanço da ciência, que se apresenta como função exponencial do próprio desenvolvimento econômico, assegura um permanente avanço da tecnologia. A formação de capital segue, assim, por um canal previamente aberto, tropeçando apenas com obstáculos institucionais decorrentes dos ajustamentos insuficientes ou atrasados do marco institucional que disciplina os distintos fluxos econômicos. Os principais desses obstáculos refletem a persistência de formas anacrônicas de distribuição da renda, que se traduzem em insuficiente vigor na demanda final para consumo ou investimento. A introdução, nas economias capitalistas, de formas mitigadas de planejamento visa à eliminação desses obstáculos, corrigindo, através da política fiscal e outras medidas, os anacronismos na distribuição da renda, e aumentando, por meio de formas múltiplas de análise das interdependências das variáveis pertinentes, a capacidade dos investidores para conhecer as expectativas dos consumidores e seu provável comportamento futuro. Em alguns casos esse planejamento mitigado se limita a iluminar os vários campos de decisões, facilitando alcançar um grau maior de racionalidade. Outras vezes as autoridades planejadoras diagnosticam inflexibilidade na estrutura econômica e procuram removê-la mediante uma reorientação parcial dos investimentos.

Nas atuais economias subdesenvolvidas — isto é, naquelas economias que absorvem uma nova tecnologia quase totalmente por empréstimo — a adaptação das estruturas sociais torna-se problema muito mais complexo. A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente refluí para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente. O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo. Essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno. Desta forma, o excedente em mãos da classe dirigente tende a originar formas de consumo suntuário ou a filtrar-se para investimentos no exterior.

AS LUTAS DE CLASSES NO DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

OBSERVAMOS anteriormente que os padrões de organização social que resultaram ser mais eficazes e vieram a predominar provocaram a formação de classes sociais com interesses antagônicos, e que a tomada de consciência desses antagonismos deu origem às formas múltiplas de lutas de classes que nos apresenta a história. Nesse fato foi Marx buscar a força primária responsável pelo processo de desenvolvimento histórico. Em seu modelo, o nível da tecnologia e as consequentes relações de produção determinam a estrutura social em certa etapa histórica, através de uma série de ações e reações. Entretanto, o que dá dinamismo ao processo histórico é o fato de que aqueles elementos infra-estruturais estão em permanente transformação, como decorrência de conflitos sociais criados pelo processo produtivo baseado na apropriação privada dos meios de produção. A importância que têm os conflitos sociais no processo de introdução de inovações e de difusão de novos valores em uma cultura é hoje universalmente reconhecida pelos estudiosos da dinâmica social. Por outro lado, também é ponto pacífico nas ciências sociais que as formas de divisão do trabalho se projetam em esquemas de estratificação social, sendo que destes o mais universal é a divisão da sociedade em classes. A hipótese de Marx foi inferida da observação da sociedade capitalista em determinada fase do desenvolvimento desta, se bem que a maneira genérica como foi inicialmente formulada no Manifesto Comunista deu lugar a que se lhe atribuísse uma falsa universalidade. As idéias ex-

pedidas por Engels sobre a origem do Estado, relacionando-a de forma unívoca com a luta de classes, contribuíram igualmente para desorientar os estudiosos desta matéria.

A importância que apresenta a luta de classes no desenvolvimento do capitalismo industrial decorre de certas características próprias de sua estrutura social. A diferença de tôdas as demais formas de organização econômica anteriores, o capitalismo industrial deu origem a um sistema de produção em que prevalecem grandes unidades produtivas e em que essas unidades tendem a aglomerar-se, sempre com vistas a reduzir os custos de produção. A consequência social mais importante dessa forma de organização da produção tem sido a urbanização. A antiga cidade-entreposto, de população heterogênea e flutuante, substituiu-se a metrópole industrial com grandes massas de trabalhadores assalariados sujeitos ao desemprego periódico. Foram estas condições particulares que permitiram a formação da consciência de classe, sem a qual não teria sido possível transformar os conflitos ocasionais de grupos em lutas de classes organizadas. Se compararmos a situação da classe trabalhadora industrial com a da classe camponesa, no século XIX, vemos com clareza a natureza desse problema. A classe camponesa, da mesma forma que a trabalhadora industrial, tem sua razão de ser na apropriação privada dos meios de produção e os seus interesses, em tal eventualidade, estão em óbvio antagonismo com os dos latifundiários. Entretanto, a sua luta contra os latifundiários não chegou a ser um fator básico no desenvolvimento da sociedade moderna, e nem mesmo se pode afirmar que os camponeses hajam alcançado o estágio de plena consciência de classe. O desenvolvimento das forças produtivas não atuou no sentido de agravar o antagonismo entre camponeses e latifundiários, e sim no de criar formas de emprêgo de crescente importância fora das zonas rurais, o que levou a uma cisão da classe proprietária dos bens de produção. É o antagonismo entre os dois ramos desta última classe — nobreza feudal e burguesia — que constituirá o elemento motor do desenvolvimento social nessa

fase. Em uma de suas simplificações, Engels eludiu este ponto, quando afirmou: "Se bem que em todos os períodos anteriores a procura das causas motrizes da história era quase impossível em razão da complexidade e da dissimulação das relações entre elas e entre suas repercussões, a nossa época simplificou de tal maneira essas relações que o enigma pôde ser resolvido."¹³ Ora, seria muito difícil encontrar evidência para a tese de que as relações de produção e a estrutura social tenderam a simplificar-se, com o desenvolvimento das forças produtivas. O contrário é que não seria difícil demonstrar. O que Engels tem implícito em seu pensamento — sem que haja aduzido razões para fundamentá-lo — é que a luta de classes tende necessariamente a polarizar-se em torno de dois contendores, daí se deduzindo que, liquidada a aristocracia rural pela burguesia, esta deverá ser necessariamente liquidada pelo proletariado. Entretanto, a luta entre aristocracia rural e burguesia era um conflito entre dois ramos da classe dominante, da qual o campesinato participava apenas ocasionalmente, como quando durante a Revolução Francesa saiu para queimar os castelos de seus exploradores e destruir-lhes os títulos de senhoria.¹⁴

O problema da origem do Estado permite igualmente abordar a natureza dos conflitos sociais predominantes em determinadas fases do desenvolvimento histórico. Hegel havia estabelecido uma marcada diferença entre os conceitos de Estado e de Sociedade Civil, o que em parte era decorrência do

13. "Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã", in *Études Philosophiques*, cit. p. 47.

14. Este ponto foi abordado com propriedade por Stanislaw Ossowski, professor de sociologia na Universidade de Varsóvia, em livro recente. "Ignora-se facilmente o fato, nos diz êle, de que o conceito de luta de classes, o conceito básico da doutrina marxista, compreende duas diferentes categorias de processos históricos. A primeira inclui as lutas de liberação dentro de uma estrutura de conflito perene entre classes opressoras e classes oprimidas; a segunda inclui lutas entre classes que competem pelo poder numa sociedade de estrutura multidivisional." *Class Structure in the Social Consciousness* (Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963) p. 84.

fato de que o Estado nacional alemão continuava a ser em sua época uma simples aspiração. Engels compreendeu que, se bem não existisse o Estado nacional na Alemanha, a nação alemã estava efetivamente organizada do ponto de vista político numa multiplicidade de pequenos Estados; contudo, continuou a pensar em termos de sociedade civil como se esta pudesse ter tido o seu desenvolvimento independentemente da existência de um Estado. Imaginou êle que, em determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade civil se dividiria em classes antagônicas, antagonismo êsse que tornaria impossível a convivência social pela agudização dos conflitos. A essa altura tornava-se imprescindível a organização de uma força repressora destinada a obrigar os explorados a aceitar a própria exploração. Essa força seria o Estado. Nas palavras de Engels, "o Estado é a confissão de que a sociedade se encontra em uma contradição insolúvel com ela mesma, pelo fato de que se cindiu em antagonismos irreconciliáveis que é capaz de conjurar".¹⁵ Estamos, assim, novamente diante da idéia de que as lutas de classes constituíram a força motora da história desde os primórdios das sociedades humanas. Entretanto essa tese está longe de encontrar fundamento, seja no estudo das sociedades atuais em estádios primitivos de desenvolvimento material, seja no estudo histórico das sociedades passadas. Se observamos uma sociedade como a grega antiga, vemos que os conflitos sociais mais importantes eram aqueles que se travavam permanentemente entre grupos organizados politicamente em múltiplas formas de microestados. Os conflitos internos dentro desses microestados somente chegaram a ter real significação histórica em casos isolados. Se recuarmos para sociedades de organização mais rudimentar, em que a unidade política mais importante é a tribo, chegaremos a conclusão similar. Por outro lado, se observamos o desenvolvimento subsequente dessas microuni-

15. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, tradução francesa de A. M. Desrousseaux (Paris: Alfred Costes, 1946), p. 223.

dades políticas, naqueles casos em que se caminhou para a formação de unidades de maior expressão geográfica e demográfica, também veremos que não foram os conflitos internos de classes sociais que deram origem a êsse desenvolvimento. Em realidade, é ampla a evidência de que a formação e o desenvolvimento das organizações políticas estão vinculados a conflitos entre grupos humanos socialmente estratificados, mas não entre classes sociais.

O capitalismo industrial permitiu que se formasse um tipo de sociedade com características fundamentais que a diferenciam de todas as anteriores. A concentração das massas trabalhadoras, ao permitir a formação da consciência de classe, transformou as lutas de classes — anteriormente fenômeno episódico entre muitas formas de conflitos sociais — em fator de extraordinária importância. Pela primeira vez o principal elemento motor no processo histórico deixa de ser os conflitos entre facções da classe dominante, pertencentes a um mesmo grupamento político ou a grupamentos diversos, para ser os conflitos engendrados pela própria organização social. Trata-se, portanto, de um tipo de sociedade sujeita a uma instabilidade interna muito maior do que as anteriores, o que se traduz numa atividade política muito mais intensa e que exige participação de setores bem mais amplos da população. O papel do Estado dentro desse novo tipo de sociedade adquire um relevo extraordinário.

Para penetrar mais a fundo nessa matéria, convém abandonar o ponto de partida de Hegel, com sua marcada diferenciação entre sociedade civil e Estado. Hegel idealizou o Estado e esvaziou-o de todas as funções comuns de agente prestador de serviços, funções essas que êle imaginava podiam ser desempenhadas pela sociedade civil organizada. Ora, não seria fácil imaginar uma sociedade organizada para aplicar normas de direito, mesmo de direito privado, sem a existência dentro dessa sociedade de uma autoridade coatora, o que vem a ser um Estado. A partir do momento em que uma sociedade cres-

ce o suficiente para que seus membros necessitem pautar o comportamento por normas gerais, cuja aplicação deve ser imposta por uma autoridade que não deriva sua legitimidade de vínculos de parentesco, estamos em face de um embrião de organização política, sendo irrelevante que a chamemos de sociedade civil ou de Estado. O que importa é reconhecer que qualquer estrutura social que haja alcançado um certo grau de diferenciação necessitará organizar-se politicamente a fim de que os seus conflitos internos não a tornem inviável. Um ponto importante a ter em conta é o caráter *sui generis* da organização política — instrumento que a própria sociedade utiliza para autodisciplinar-se — cabendo-lhe o monopólio do uso da força em nome da coletividade como um todo. A existência de forças armadas e de um quadro de funcionários constituiu a exteriorização dessa organização política, em cuja cúpula estão aqueles elementos dirigentes que constituem o vínculo entre a *máquina* do Estado e a sociedade politicamente organizada. O Poder Político se funda exatamente nessa vinculação: éle se *legitima* pelo fato de que a coletividade vê naqueles que o exercem os árbitros de seus interesses, e se *efetiva* porque aqueles que o detêm possuem o comando da *máquina* do Estado. /O poder sem um mínimo de legitimidade somente pode manter-se pelo terror, como ocorre durante a ocupação estrangeira de um país, e sem um mínimo de eficácia reduzidas possibilidades tem de sobreviver. Se o Estado existisse como simples instrumento de opressão de uma classe minoritária, mesmo que alcançasse elevada eficácia, teria escassas possibilidades de sobreviver. O próprio Marx fez essa observação com respeito ao Estado francês das vésperas da Grande Revolução, quando a burguesia e a massa da população lhe negaram todo direito legítimo de representar os seus interesses.

Como a mais poderosa organização dentro de uma sociedade, é perfeitamente natural que o Estado venha a desempenhar em muitas oportunidades um papel autônomo nos conflitos que caracterizam o desenvolvimento dessa sociedade.

Assim ocorreu durante as longas lutas que caracterizaram a gestação dos modernos Estados nacionais na Europa, quando as organizações políticas mais importantes, representadas pelas monarquias, arbitraram em proveito próprio nos conflitos dos interesses da aristocracia feudal com os da burguesia. O próprio Engels reconhece este fato quando afirma: "Ocorrem períodos em que as classes em luta se aproximam de tal forma de um equilíbrio que o poder do Estado adquire, como mediador aparente, uma certa independência momentânea, *vis-à-vis* de uma e de outra."¹⁶ E cita em seguida como exemplos as monarquias absolutas dos séculos XVII e XVIII, os dois bonapartismos, o bismarquismo... As exceções resultam ser mais numerosas do que a regra.

O desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX repercutiu sobre as organizações políticas de duas formas: por um lado, a maior instabilidade social interna decorrente da luta de classes exigiu a criação de estruturas políticas muito mais flexíveis, a fim de que o poder mantivesse aquele mínimo de legitimidade exigido; por outro lado, o enriquecimento da sociedade fez aumentar enormemente as necessidades coletivas, o que exigiu um inusitado crescimento do aparelho estatal prestador de serviços. Os regimes democráticos modernos são o resultado da ação convergente dessas duas forças.

É perfeitamente compreensível que a relativa neutralidade do Estado — a mais importante das instituições políticas — em face de conflitos entre indivíduos e grupos de indivíduos estivesse seriamente comprometida a partir do momento em que esses conflitos, transformados em lutas de classes, viessem a dividir a sociedade como um todo. Com efeito, ao surgirem, com o capitalismo industrial, os grandes conflitos de classes sociais antagônicas, o poder político adquiriu uma importância completamente nova. A luta pelo poder, anteriormente matéria de rivalidades dinásticas, passou a interessar gru-

16. *Idem*, p. 227.

pos cada vez mais variados. A evolução em tôdas as partes foi no sentido de criação de instituições políticas suficientemente flexíveis para que massas crescentes de população participassem da formação do poder. Seja sob regime monárquico, seja sob a forma republicana, organizaram-se por tôda parte governos parlamentares capazes de representar os interesses de camadas da população de importância relativa crescente. Sem essa flexibilidade das instituições políticas, as lutas de classes não poderiam ter desempenhado o papel de instrumento propulsor do desenvolvimento das forças produtivas que lhes coube, nem o capitalismo teria alcançado o impulso que conheceu. Engels captou a natureza desse problema quando afirmou que “a República Democrática é a única forma de Estado em que a luta definitiva entre proletariado e burguesia pode realizar-se”.¹⁷ A idéia de que as lutas de classes poderiam ser evitadas concentrando-se todo o poder nas mãos da burguesia e criando-se um Estado totalitário somente surgiria muito posteriormente, quando o capitalismo se viu ameaçado pela primeira revolução proletária vitoriosa. Durante todo o século XIX, as instituições políticas evoluíram no sentido de democratização das fontes do poder, o que correspondia às necessidades da economia capitalista em rápido desenvolvimento.

O segundo aspecto básico da transformação das instituições políticas como decorrência do avanço do capitalismo industrial são as repercussões do rápido aumento da riqueza nacional nas funções do Estado. É surpreendente que Marx, habitualmente tão agudo na análise dos processos históricos, não haja percebido a verdadeira natureza desse fenômeno. Em uma passagem famosa do seu *18 Brumário*, êle faz uma resenha do crescimento exorbitante da máquina burocrática francesa. Atribui, entretanto, êsse crescimento à necessidade que tem a burguesia de defender-se com meios cada vez mais poderosos. Êsse “horrrível organismo parasitário que envolve

17. *Idem, idem.*

como um fio o corpo da sociedade francesa”, entretanto, era uma resultante das transformações que a estrutura social estava sofrendo como decorrência do desenvolvimento das forças da produção. A extensão progressiva do ensino, os serviços públicos requeridos pela urbanização, a administração da infra-estrutura dos novos meios de comunicações e transportes, uma infinidade de novas funções deveriam ser desempenhadas pelo Estado, e isso exigia a criação de uma organização cada vez mais complexa e crescente. O que interessa observar, entretanto, é que essa enorme organização tende a constituir, em uma sociedade dividida em classes, um estrato autônomo dessa sociedade, com aspirações e atitudes que não têm por que confundir-se sempre com as das classes em conflito, mesmo que o Estado seja em boa medida o instrumento de uma dessas classes. Criou-se, assim, um novo fator de estabilidade política, através da especialização crescente da máquina do Estado, cujo simples controle externo já não significava modificações de alcance decisivo, como ocorria anteriormente. Observa Max Weber que “uma burocracia muito desenvolvida constitui uma das organizações sociais de mais difícil destruição”, e acrescenta: “ali onde se levou a cabo integralmente a burocratização do regime de governo, criou-se uma forma de relações de domínio praticamente inquebrantável”.¹⁸ O processo de burocratização não significa apenas o crescimento do aparelho estatal, significa também importantes mudanças qualitativas nos procedimentos políticos. O elemento improvisado que anteriormente exercia certas funções públicas, com base em critérios subjetivos ou simplesmente representando interesses de grupos, vai sendo substituído pelo agente impessoal, que atua dentro de um esquema de divisão do trabalho subordinado a supostos critérios de racionalidade mais amplos. Desta forma, a burocratização permite aumentar tremendamente a *eficácia* daqueles que detêm o poder, o que por seu

18. *Economia e Sociedade*, vol. IV, pág. 116 (México: Fondo de Cultura Económica, 1944). Tradução castelhana de José Ferrater Mora.

lado abre a possibilidade de conservação do poder a níveis de *legitimidade* decrescentes.

Se a luta de classes constitui elemento motor básico no desenvolvimento das sociedades de economia capitalista industrial, caberia perguntar se essa luta tendeu a intensificar-se ou a debilitar-se com o desenvolvimento do capitalismo. Durante a primeira metade do século XIX, quando as instituições políticas ainda não se haviam adaptado à dinâmica do capitalismo, as lutas de classes se traduziram em fortes tensões políticas, as quais ocasionalmente se transformavam em processos revolucionários. Entretanto, a partir da metade do século e em particular no seu último quartel, a evolução social europeia apresentou-se de forma diversa. As instituições políticas se abriram de forma crescente à participação da classe trabalhadora organizada em partidos políticos e os conflitos sociais passaram a ter uma expressão de natureza principalmente sindical. Nenhuma evidência existe, entretanto, de que êsses conflitos se hajam reduzido, seja nesse período, seja nos subsequentes. A única tentativa de operar a economia capitalista com a total eliminação de conflitos de classes, conhecida até o presente, foi realizada pelo fascismo. Tudo indica que êsse tipo de organização política tenderia necessariamente a destruir o dinamismo próprio do sistema capitalista e a enfrentar tôdas as conseqüências que para uma sociedade dividida em classes antagônicas advêm de uma prolongada estagnação. Essa tendência foi evitada pelos regimes fascistas dos anos trinta, mediante uma participação crescente do Estado no produto nacional com vistas ao rearmamento e a outras formas de ampliação da ação estatal. Entretanto, uma política dêsse tipo não poderia ser levada muito longe sem comprometer as próprias bases do sistema capitalista. Nas economias capitalistas mais desenvolvidas, os conflitos de classes vêm assumindo novas formas, substituindo-se as antigas ações espontâneas e os movimentos ocasionais e imprevistos, pela técnica dos grupos de pressão de atuação permanente e estrategicamente orientada. O regime democrático é exatamente aquêle que permi-

te o pleno desenvolvimento dessas tendências divergentes e abre o caminho para a superação dos conflitos delas resultantes. Nas palavras de um conhecido sociólogo político americano, "uma democracia estável exige a manifestação de conflitos e desuniões, de forma que possa haver luta pelas posições de mando, desafio aos que estão no poder e mudança daqueles que exercem o poder".¹⁹

O fato de que se afirme que o Estado moderno está longe de ser exclusivamente aquela força de repressão a serviço de uma classe, a que se refere Engels, não implica desconhecer a verdade de observação corrente de que a missão básica de todo Estado é assegurar a manutenção do *status quo*, e que êste tem como conteúdo principal um conjunto de instituições criadas para perpetuar uma série de privilégios de uma minoria social que tem o contrôle dos meios de produção. O desenvolvimento da sociedade democrática orientou-se no sentido da progressiva eliminação daqueles privilégios que passavam a operar anti-socialmente, isto é, que freavam a expansão das forças produtivas e assim entorpeciam todo o desenvolvimento social. A reforma agrária, por exemplo, realizou-se por tôda parte dentro dêsse espírito de eliminação de privilégios anti-sociais. O mesmo se pode dizer com respeito às medidas de tipo fiscal e outras várias com que o Estado interfere nas empresas privadas para assegurar a manutenção do nível de emprêgo, evitando o desperdício de fatores acarretado pelas depressões cíclicas. Desta forma, o específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nêle crescer e conservar o seu poder. Sua característica essencial é a tendência à eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas, razão pela qual deve estar aberto à ação de todos os grupos que, integrados no processo produtivo, busquem au-

19. S. M. Lipset, *Political Man* (Londres: Mercury Books, 1963) p. 21.

mentar a sua participação na renda, seja através da concorrência, seja exercendo pressão organizada no mercado de mão-de-obra. O marco institucional deve, portanto, ser suficientemente flexível e ter a aptidão necessária para reformar-se toda vez que a pressão gerada pelos conflitos alcance aquele ponto em que a convivência social se torna inviável. O impulso que induz a êsse permanente reformar-se é o consenso geral de que existe um interesse social por cima dos grupos e classes, e a diretriz desse interesse social está dada pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Caberia perguntar até que ponto o complexo de privilégios que existe no cerne da economia capitalista é condição necessária para o funcionamento de uma sociedade democrática pluralista, que é indubitavelmente aquela, dentre as que conhecemos até o presente, que mais amplo espaço abre à ação criadora do indivíduo como personalidade. Estamos aqui diante de um problema da maior transcendência no plano político. Tem sido objeto de muita elucubração o fato de que nenhuma sociedade que haja logrado eliminar os privilégios de classe baseados na propriedade dos bens de produção haja ao mesmo tempo conseguido organizar-se de forma estável dentro de uma ordem autenticamente democrática, isto é, permitindo que se organizem politicamente aqueles que discordam dos grupos que ocasionalmente detêm o poder. Ao formular a idéia de *ditadura do proletariado*, Marx teve em mira a necessidade de uma ação drástica com vistas a desmontar aquela máquina estatal cuja visão o apavorou durante as guerras civis de França da metade do século passado. A experiência da Comuna em 1871 pareceu-lhe uma clara indicação de que a sociedade possuía meios para organizar-se *democraticamente* de forma quase instantânea, uma vez destruída a estrutura de classes. Lênine, ainda em 1917, continuava pensando que a tarefa fundamental da revolução social era *demolir* a máquina do Estado preexistente. Entretanto, êle supunha que essa demolição seria rápida e que não atingiria a máquina burocrática propriamente dita e sim a sua cúpula. Estava longe

do mito sainsimoniano incorporado ao Manifesto Comunista segundo o qual o "governo dos homens seria substituído pela administração das coisas", conservando contudo a ilusão de que as novas tarefas do Estado poderiam ser exercidas por qualquer pessoa ou por técnicos pagos com o "salário de um trabalhador", como ocorrera durante a Comuna. "Uma vez eliminados os capitalistas, diz Lênine, a resistência dos exploradores quebrada pelos trabalhadores em armas e demolida a máquina burocrática do Estado atual — teremos diante de nós um mecanismo desembaraçado de seus parasitas, mecanismo admiravelmente equipado do ponto de vista técnico, e que os trabalhadores associados poderão perfeitamente pôr em andamento contratando técnicos, supervisores, contabilistas e a todos retribuindo com um salário de operário."²⁰ A experiência, entretanto, demonstrou amplamente, e Lênine antes de morrer já o havia compreendido, que a tarefa a ser cumprida pela "ditadura do prole" ia muito mais longe do que a simples eliminação da classe exploradora e a *demolição* da máquina burocrática do Estado preexistente. A pergunta que se passou a formular foi a de que se algum dia terminaria essa tarefa. O mesmo problema se colocaria uma geração depois, ao surgirem na Europa Central outras sociedades organizadas com base na propriedade pública dos bens de produção. Entretanto, a profecia de Engels, cujo último livro conclufra com a afirmação de que, eliminando o conflito de classes, na nova sociedade a produção se organizaria à base da "associação livre e igualitária dos produtores", continuava viva dentro do espírito de todos os socialistas como a maior das aspirações ideológicas.

A primeira vista, sendo o Estado *inter alia* uma força de repressão para assegurar a manutenção de uma estrutura de privilégios, eliminados êstes com a extinção da classe exploradora, as características de força repressora deveriam desa-

20. *O Estado e a Revolução*. (Moscou: Edições em línguas estrangeiras, 1947.) Obras escolhidas publicadas em dois volumes. (Versão francesa.) Vol. II, p. 201.

parecer progressivamente. Essa tese tem como fundamento a idéia de que na sociedade burguesa as limitações à liberdade decorrem da necessidade de defesa dos privilégios da classe proprietária dos bens de produção. Entretanto, isso não parece ser verdade, pois, conforme já indicamos, a causa do progresso das liberdades nas sociedades democráticas-capitalistas foi a crescente estabilidade institucional destas. As revoluções diretamente provocadas pelas lutas de classes, na Europa Ocidental, tiveram o seu ciclo encerrado no terceiro quartel do século passado. Ora, essa estabilidade institucional deve-se à existência de uma poderosa classe — proprietária dos bens de produção — com amplos interesses criados a defender. Da mesma forma que a existência de uma classe mentalmente orientada para aumentar a sua participação no produto — a trabalhadora industrial — empresta um grande dinamismo à sociedade capitalista, a sobrevivência nessa sociedade de outra classe com amplos interesses criados é responsável por sua estabilidade institucional. Se nos detivermos algo na análise desses fatos veremos que somente dentro de um modelo dinâmico será possível compreender as inter-relações dessas duas forças aparentemente divergentes. Sempre que o sistema se mantenha crescendo torna-se viável evitar a agravação do conflito de classes atendendo às reivindicações dos trabalhadores sem contudo comprometer fundamentalmente os privilégios. Sendo assim, cabe concluir que o progresso das liberdades cívicas nas sociedades burguesas resultou menos da efetiva participação da classe trabalhadora nas decisões políticas, do que da confiança que a classe capitalista foi adquirindo num quadro de instituições políticas flexíveis.

Cumpriria agora indagar: que grau de estabilidade poderá alcançar uma sociedade sem classes ao nível presente de desenvolvimento das forças produtivas? Quem decidirá entre produzir aço ou calçados, quem planificará os planificadores? Como muito bem disse Marx em uma de suas famosas teses sobre Feuerbach: *o educador necessita éle mesmo de ser educado*. Não existindo nenhum grupo significativo com interês-

ses criados dentro dessa sociedade, a possibilidade de que venha a ser mantida coerentemente uma linha política poderia reduzir-se a um ponto crítico, provocando uma permanente instabilidade social. A inexistência de privilégios não significa que hajam desaparecido os apetites pelos privilégios. Buscar uma solução para esse problema, eis a tarefa que teve diante de si a “ditadura do proletariado”, e não apenas aquela que havia previsto Lênine. Conforme agudamente observou Mannheim, analisando a experiência soviética, essa tarefa consistiu “em vencer três tipos de dificuldades: como criar um novo grupo dirigente disposto a garantir uma ordem social estável, como descobrir fatores de definição da posição social que não fôssem a renda e a propriedade, e como proporcionar novos incentivos ao trabalho”.²¹ Em realidade, tratava-se de fundar uma estabilidade social sem apoiar-se em uma estrutura de interesses econômicos criados. Isto foi possível conservando um extraordinário fervor missionário em um amplo grupo dirigente e criando uma complexa estrutura burocrática apoiada no Estado, nos sindicatos e no partido comunista. Confirmou-se assim a tese de Max Weber de que “uma burocratização integral cria relações de domínio praticamente inquebrantáveis”.

O esforço realizado no sentido de criar uma estrutura social estável, sem o apoio dos elementos tradicionais que servem de base a essa estabilidade, teria necessariamente que encaminhar-se no sentido de submeter tôdas as atividades políticas a uma rígida disciplina. Essa rigidez teria que ser apresentada, evidentemente, como uma forma de transição, sob a justificativa de que o que havia que demolir era muito mais do que supunha Lênine originalmente. Contudo, a evolução da experiência soviética assim como o caso chinês — onde a perturbadora ameaça externa já não se apresentou como fator

21. Karl Mannheim, *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*, tradução castelhana de Manuel Durán Gili (México: Fondo de Cultura Económica, 1953), p. 109.

predominante — indicam que esse problema tem raízes bem mais profundas. Se observarmos a evolução das instituições políticas modernas, veremos que a consolidação progressiva das chamadas liberdades cívicas esteve intimamente ligada ao desenvolvimento geral das sociedades de tipo capitalista industrial. Com efeito, a ideologia do direito natural sob a forma da doutrina liberal do *laissez-faire* constituía a racionalização (a justificação ideológica) da organização social que convinha à economia de livre empresa. Como bem disse um ideólogo do século XVIII, *os negócios respiram liberdade*. Na bandeira de luta da burguesia estiveram sempre inscritas as palavras *liberdade e igualdade*, entendendo-se por esta última igualdade perante as leis que sancionam os privilégios da burguesia. Essa lei, na ironia de Anatole France, proibía *igualmente* ao miserável e ao milionário de dormirem debaixo das pontes. Contudo, essas liberdades formais constituíram importante ponto de referência para as reivindicações da classe trabalhadora em ascensão política, a qual atacava a burguesia naquele flanco em que sua defesa ideológica era necessariamente débil, pois se tratava de dar substância ao próprio ideário da classe dirigente. Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo exigindo, êle mesmo, que se abrisse espaço para as lutas de classes, justificava na prática todo passo adiante no sentido de dar à classe operária os meios para atuar no plano político. Como os avanços políticos dos trabalhadores significavam, em última instância, liberdade para pôr em xeque os privilégios da classe dominante, o desenvolvimento capitalista assumia a forma da criação de uma sociedade cada vez mais aberta à ação individual. Explica-se, assim, que, mesmo ali onde uma poderosa oligarquia se manteve no poder apoiada em um regime monárquico — como ocorreu na Alemanha —, haja ocorrido um grande progresso no sentido de consolidação das liberdades cívicas. Com efeito, em 1902 Lênine podia referir-se à Alemanha como a “um país politicamente livre”.²²

22. *Que Fazer?* *Idem*, vol. I, p. 284.

Caberia agora perguntar se, alcançada a necessária estabilidade, a sociedade soviética poderá desenvolver-se no sentido de uma maior flexibilidade no processo de formação do poder, condição necessária para o restabelecimento de autênticas liberdades cívicas. Primeiramente, convém ter em mente que o desenvolvimento de uma sociedade de economia centralmente planificada independe de tensões criadas por grupos ou classes de interesses conflitantes. Esse desenvolvimento depende, apenas, da atitude que assuma essa sociedade com respeito ao seu próprio destino, através dos órgãos que representem a coletividade. Esse problema, no caso soviético, se simplificou em razão do desafio que a criação de uma base material, bem como a consolidação do poder militar, representaram na fase inicial, seguida da concorrência pela liderança mundial, a corrida espacial, etc. O que interessa assinalar é que o desenvolvimento, nesse tipo de sociedade, passa a apoiar-se de forma crescente numa nítida formulação das aspirações da coletividade e que a estrutura social deve estar organizada de forma a permitir a permanente atualização dessas aspirações. Até que ponto será possível conciliar uma rígida planificação da infra-estrutura cultural (base material) com um certo pluralismo no processo de gestação dos valores não materiais dessa cultura, é questão que só a prática poderá resolver. O problema que nos colocamos de imediato é o de saber se existem forças internas efetivas atuando no sentido de abrir mais espaço à ação individual. A questão básica, colocada nos termos do próprio Marx, está em saber quem são os educadores e quem os educa. Os educadores no caso são os elementos que põem o sistema para operar, que dão ao Estado aquela *eficácia* sem a qual êle não sobrevive. Esses operadores são exatamente a grande máquina burocrática que deu estabilidade à sociedade soviética, a qual desempenha ali o mesmo papel estabilizador que, nas democracias burguesas, cabe à classe proprietária de bens de produção. E a quem caberá o papel que vem desempenhando a classe trabalhadora nas sociedades burguesas de pôr em xeque o que está estabelecido? O problema não é,

como pensaram muitos socialistas influenciados pelas reflexões de Marx sobre a Comuna, de dar à máquina do Estado uma *organização democrática*. Já hoje ninguém tem dúvida de que qualquer sociedade, ao nível da técnica atual, necessita apoiar-se em complexos aparelhos burocráticos para alcançar os objetivos do próprio desenvolvimento. Do fato de que a sociedade, ao eliminar as classes com interesses antagônicos, haja reduzido a área de conflito, ou haja eliminado dessa área problemas fundamentais como são aqueles relacionados com o processo de formação de capital e de distribuição da renda, não se deduz necessariamente que bastará organizar democraticamente a população para que esses problemas sejam colocados em tela de juízo com a consciência de sua importância. Esse trabalho crítico de ação renovadora e de definição das aspirações coletivas vem sendo realizado na sociedade soviética, dentro de certos limites, pela chamada *classe dos trabalhadores intelectuais*. Em razão de sua organização necessariamente pluralista, os intelectuais escapam em boa medida à tendência burocratizante que predomina em toda sociedade cuja estabilidade não se apóia diretamente numa estrutura de privilégios. Cabendo-lhes interpretar os valores em todos os campos da cultura, estão os intelectuais muito bem situados para identificar aquelas aspirações que traduzem as tendências mais profundas do sentir social. Entretanto, para que esse tipo de influência chegue a ter uma significação decisiva em uma sociedade em que o poder tem base principalmente burocrática, será necessário que se alcance um extraordinário desenvolvimento material. Na fase intermediária, em que se está mais próximo da escassez do que da abundância e em que os frutos do trabalho social terão de ser distribuídos de forma muito desigual, o aparelho burocrático tem todas as probabilidades de conservar uma influência absorvente sobre os centros do poder. Os caminhos da liberdade por via da revolução social têm sido, até o presente, longos e penosos.

4

AS IDEOLOGIAS DE CLASSE NA LUTA PELO PODER

PARA compreender o movimento socialista é necessário ter em conta que ele surgiu da prática da luta de classes, e que a sua formulação doutrinária resultou do esforço de compreendê-lo e explicá-lo. Em uma de suas famosas teses sobre Feuerbach, Marx chama a atenção para a necessidade de observar o mundo sensível sob a forma de *atividade humana concreta*, como *prática*.²³ E nos diz que a atividade revolucionária é a atividade prática crítica. É deste ponto que devemos partir para abordar o problema das revoluções no desenvolvimento das sociedades de base capitalista industrial. Já observamos que a primeira e maior parte do século XIX foi assinada, na Europa Ocidental, por uma série de revoluções, que tinham na França o seu centro de irradiação. Sem querer aprofundar na análise dessa matéria, pode-se admitir que a instabilidade da sociedade francesa, traumatizada pela Grande Revolução e pelas Guerras Napoleônicas, responde em boa parte por essas convulsões. Na essência dessa luta estava a disputa pelo poder entre grupos da nobreza legítima ou usurpada e da grande burguesia, que começava a dividir-se entre vários setores. Não resta dúvida, entretanto, que essa instabilidade também refletia as tensões institucionais provocadas pelo surgimento de uma economia industrial que se apoiava em grandes massas de trabalhadores aglomerados em algumas cidades. Já observamos que pela primeira vez surgira um sistema social em que os conflitos de classes antagônicas desempenhavam pa-

23. *Études Philosophiques*, cit., pág. 57.

pel fundamental em seu desenvolvimento. O desemprego em massa provocado por crises econômicas, as greves paralisadoras de parte do sistema produtivo e outros fenômenos sociais igualmente inusitados punham a dura prova o marco institucional e exigiam das lideranças políticas uma nova virtuosidade, cujo aprendizado se estava iniciando. Em síntese: foi uma época em que os ajustamentos de maior significação introduzidos na estrutura social resultavam de revoluções ou quase-revoluções.

É da atividade prática crítica dos intelectuais dessa época que surge o pensamento socialista revolucionário. Em Marx, por exemplo, a atividade do revolucionário abriu sempre o caminho ao homem de pensamento, se bem que a atividade deste último iluminasse um campo imensamente mais amplo do que aquele em que o primeiro se movia. É necessário ter estes fatos em conta para compreender as discrepâncias entre as idéias de Marx com respeito à revolução e as suas concepções gerais com respeito ao desenvolvimento da economia capitalista. Em 1848, ao eclodir a revolução em Paris, e propagar-se por quase toda a Europa continental, Marx acreditou seriamente que estava diante do primeiro ato de um novo grande processo revolucionário que somente terminaria com a eliminação do domínio da burguesia na Europa. Conforme observou Engels numa análise serena realizada muitos anos depois: “a história demonstrou que estávamos errados”. E acrescentou: “ela mostrou claramente que o estágio do desenvolvimento econômico no continente estava ainda muito longe de estar maduro para a supressão da produção capitalista”.²⁴ A hipótese formulada por Marx foi a seguinte: a revolução tivera como causa última a grande crise econômica que teve início em 1847 e, mesmo que viesse a reduzir a sua intensidade como decorrência de uma retomada da prosperidade, voltaria com a nova crise. Partindo do fato inobjetivo de que as crises

24. Veja-se a *Introdução*, escrita em 1895, à obra de Marx *As Lutas de Classes na França, 1848-1850*. Tradução francesa (Paris: Editions Sociales, 1946), p. 12.

eram recorrentes e postulando que elas tendiam a agravar-se, em face do que estava ocorrendo em 1848, Marx imaginou que se abrisse a fase de decomposição da economia capitalista, cujo primeiro ato era a revolução que por toda parte se propagava. O papel importante desempenhado pela classe operária de Paris nessa revolução vinha em apoio de sua tese. A revolução em que pensava Marx nessa época estava longe do modelo que posteriormente desenvolveu e que delineou no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Neste último modelo, o desaparecimento da burguesia decorreria de sua inutilidade social em uma fase em que a sociedade estaria praticamente dividida em duas classes. Em 1848, a revolução, cuja iniciativa não coubera aos trabalhadores industriais, resultara da iniciativa de grupos minoritários, infiltrados na máquina do Estado, que conseguiam levantar *massas populares* mais ou menos ignorantes dos objetivos colimados. Referindo-se à pequena burguesia, que constituía a maioria da população urbana, Marx a qualifica de “extremamente importante em qualquer corpo político e em todas as revoluções modernas”.^{24a} Em uma análise extremamente lúcida, Engels nos dá uma idéia precisa de como Marx e ele viam o processo revolucionário nessa primeira fase. “Todas as revoluções dos tempos modernos, nos diz, acusaram certas características que pareciam inseparáveis de toda luta revolucionária, as quais nos pareceram igualmente aplicáveis à luta do proletariado por sua emancipação.”²⁵ E nos diz que essas características consistiam em que uma classe dominante, em cada caso, era substituída por outra, e que essas classes dominantes eram sempre formadas por pequenas minorias que tomavam conta da máquina do Estado e torciam as instituições no seu próprio interesse. O que caracterizava o novo grupo dominante é que ele estava “apto para o exercício do poder e qualificado pelo estado de desenvolvimento econômico”, o que o habilitava para conseguir

24a. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. Tradução francesa de J. Molitor (Paris: Alfred Costes, 1933), p. 10.

25. *Opus cit.*, pp. 11-12.

seja o apoio da maioria da população, seja que esta o aceitasse passivamente. O essencial, entretanto, é que as revoluções foram sempre "revoluções de minorias". Sendo assim, por que não admitir que, criada certa situação revolucionária, um grupo minoritário tome o poder a serviço da classe operária, obtendo em seguida o apoio das massas? Pergunta Eugels: "Por que essas massas seriam menos acessíveis a idéias que eram o reflexo de sua própria situação econômica...?"²⁶

O modelo revolucionário que vimos de reproduzir em forma sintética se fundamenta em idéias extremamente simples: a revolução é sempre o resultado do esforço de minorias, e as massas as seguirão sempre que elas estejam aptas para permanecer no poder e que atuem no sentido de satisfazer aos anseios de desenvolvimento social. Esse modelo, entretanto, podia explicar uma revolução que já havia começado, mas nada nos dizia sobre os fatores que criam a situação pré-revolucionária. A esse respeito o ponto de vista de Marx parecia ser então o seguinte: as crises econômicas são inevitáveis e cada vez mais agudas, e elas se encarregarão de criar a situação pré-revolucionária. A evolução capitalista na segunda metade do século XIX foi, entretanto, a esse respeito, decepcionante. As crises vieram, mas não apresentaram a gravidade crescente esperada. A burguesia, por susto ou astúcia, foi admitindo modificações crescentes nas instituições políticas, o que fixou a classe operária em posições de co-responsabilidade nos centros de decisão. Ao final do século passado, o partido da classe operária na Alemanha já contava com um quarto dos eleitores inscritos. O desenvolvimento econômico, trazendo um permanente aumento da riqueza nacional, criava condições para que as reivindicações da classe trabalhadora fôssem sendo satisfeitas, sem comprometer a estrutura básica do regime.

Durante esse período, Marx continuou o seu trabalho de pesquisador infatigável e deu muito maior profundidade à sua análise do desenvolvimento capitalista. No seu texto mais

26. *Idem, idem.*

lúcido sobre essa matéria, afirmou: "A um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradições com as relações de produção existentes... que de formas de desenvolvimento se transformam em entraves. Abre-se então uma época de revolução social. As modificações na base abalam, mais ou menos lenta ou rapidamente, toda a enorme superestrutura."²⁷ A revolução social é, portanto, fenômeno que caracteriza uma época, e a rapidez com que se processa somente as condições históricas poderão determiná-la. Nada impede que seu tempo seja tão lento quanto o que caracterizou a revolução industrial. Aparentemente com o pensamento voltado para este ponto, Marx acrescentou: "Uma formação social não desaparece jamais antes que se hajam desenvolvido todas as forças produtivas que estejam em sua capacidade conter."²⁸ Dentro da mesma linha de idéias e mais de três décadas depois, Engels escreveu: "O tempo dos golpes de mão, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à testa das massas inconscientes, está passado. Tratando-se de uma transformação completa das organizações sociais, é necessário que as massas elas mesmas cooperem, saibam de que se trata e por que intervêm (com o corpo e a vida). Foi isso o que nos ensinou a história dos últimos cinquenta anos. Mas para que as massas compreendam o que existe a fazer, um longo e perseverante trabalho é necessário."²⁹

A renovação do pensamento revolucionário com Lênine consistiu essencialmente numa volta às posições de Marx em 1848. É perfeitamente compreensível esta mudança, porquanto a Rússia do começo do século XX em nada diferia da Europa Ocidental do início do século anterior, quando mais não fosse porque social e politicamente apresentava um grau de desenvolvimento menor. As idéias de Lênine estiveram sempre estritamente orientadas para a ação, o que lhes dava uma gran-

27. Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, cit.

28. *Idem, idem.*

29. *Op. cit.*, pp. 19-20.

de eficácia nas condições concretas para as quais haviam sido formuladas, mas pareciam de grande estreiteza para os observadores da Europa Ocidental. Referindo-se, seguramente, aos seus críticos ocidentais disse: "Aquêles que sob o absolutismo querem uma organização *ampla* de trabalhadores com eleições, relatórios, sufrágio universal, etc. são simplesmente incuráveis utopistas." ³⁰ As idéias de Lênine eram simples e diretas, tomadas geralmente de pensadores marxistas ocidentais, mas utilizadas com um sentido próprio. Assim, êle tomou a Kautsky a idéia de que a classe operária não é capaz ela mesma de formular uma ideologia independente. "A consciência socialista é um elemento importado de fora para a luta de classes do proletariado, e não qualquer coisa que surge espontaneamente", disse Kautsky em trecho que o próprio Lênine cita. ³¹ Essa ideologia é uma criação mais ampla da sociedade, apoiando-se nos conhecimentos da ciência econômica e outros e sua elaboração é obra principalmente de intelectuais. Abandonada a ela mesma a classe operária tenderá a cair nas malhas da ideologia burguesa, "que é mais acabada sob todos os aspectos e possui meios de difusão *infinitamente* maiores". ³² O máximo que a classe operária pode criar espontaneamente é uma mentalidade sindicalista. Sendo assim, é necessário que exista um partido dedicado a propagar a ideologia socialista entre os trabalhadores. E nas condições que prevaleciam na Rússia, pensava Lênine, êsse partido teria necessariamente que ser constituído de revolucionários profissionais. Todo o seu empenho consistiu, então, na formação dêsse partido, ao qual cabia a dupla função de propagar a ideologia socialista (marxismo) entre os trabalhadores, e lutar contra a máquina do Estado com o objetivo último de destruí-la. "A arte profissional do revolucionário, afirmou, é a luta contra a polícia política." ³³

30. *Que Fazer?*, cit., p. 217.

31. *Que Fazer?*, cit., pp. 205-206.

32. *Que Fazer?*, cit., p. 207.

33. *Idem*, p. 278. Se bem que Marx e Engels referiram-se às revoluções do passado como sendo o resultado da ação de grupos mi-

Lênine estava, ao formular a doutrina revolucionária que seguiu com rigor até o fim, dentro do mesmo quadro mental em que se encontrara Marx em 1848. A crítica que se lhe faz de haver-se afastado do pensamento marxista autêntico não tem nenhuma relevância, pois êle partia daquela *atividade concreta humana* que, como diz Marx, deve ser a substância de qualquer atividade intelectual. O seu tempo histórico era muito distinto do dos socialistas ocidentais, que viviam nessa época dentro de grandes partidos engajados em lutas parlamentares. Entretanto, se êle voltou à posição em que estava Marx em 1848, teria que defrontar-se com aquêle problema básico: como

noritários, em nenhum momento chegaram a conceber a técnica do golpe de mão como um método que pudesse ser utilizado pela classe operária para ascender ao poder. A crítica de Engels aos *blanquistas*, atribuindo-lhes parte da responsabilidade pelo fracasso da Comuna de 1871, é bem conhecida: "Formados na escola da conjuração, nos diz, ligados pela estrita disciplina que para tanto se exige, êles partiam do ponto de vista de que um número relativamente pequeno de homens dispostos e bem organizados estariam em condições, num momento oportuno, não somente de apossar-se do leme do Estado, mas também, aplicando-se com grande vigor e passando por cima de tudo, de manter-se no poder o tempo suficiente para lograr engajar a massa do povo na Revolução e grupá-la em torno do pequeno grupo dirigente." *Introdução*, escrita em 1891, à obra de Marx *A Guerra Civil na França*, 1871. Tradução francesa (Paris: Editions Sociales, 1946), p. 17. A partir do Segundo Congresso dos Social-Democratas russos, em 1903 quando houve a divisão entre *bolchevisque* e *mencheviques* e da publicação do *Que Fazer?* no ano anterior, Lênine passou a ser acusado de *jacobinismo* e *blanquismo*. A primeira acusação tomou-a como honrosa, mas defendeu-se sempre da segunda, o que julgaria necessário fazer ainda em 1917, como quando escreveu seu famoso artigo *Sobre a Dualidade do Poder*. Seria um equívoco qualificar de golpe *blanquista* a tomada do poder em outubro pelos *bolcheviques*, pois o ardor revolucionário da população era tal que o governo de Kerensky caiu como uma fôlha seca. *Blanquismo* poder-se-ia chamar a ação do grupo de Lênine durante todo o período revolucionário, a partir da queda do czarismo, quando, através da ação de pequena minoria, conseguiu, em quatro ou cinco meses, controlar os Soviets das grandes cidades, aproveitando-se do descrédito de um governo que com a continuação da guerra perdia dia a dia sua legitimidade e não chegou jamais a ter eficácia. O específico da ação de Lênine não esteve em tomar o poder — que de qualquer maneira passaria de mãos naquela oportunidade — mas sim em havê-lo conservado, o que somente se explica tendo em conta a sua extraordinária capacidade de líder, a força aglutinadora das massas que demonstrou ter a doutrina socialista, e o desafio que para o povo russo foi a invasão do país por tropas estrangeiras durante a guerra civil.

se criam as condições preparatórias da revolução? Marx havia pensado inútilmente em termos de crises econômicas. Destruída essa ilusão teórica, a que apegar-se? Um partido revolucionário especializado na luta contra a polícia política poderia conseguir bons êxitos junto à classe operária preparando-a ideologicamente para atuar na devida oportunidade. Entretanto, necessitava-se muito mais do que isso para destruir a grande máquina de uma poderosa autocracia. Aparentemente, Lênine nunca chegou a ter idéias muito claras sobre isso, nem conseguiu grandes progressos no desenvolvimento de seu partido de revolucionários profissionais. Ao rebentar a guerra de 1914, estavam todos os líderes deste nas prisões ou fora da Rússia. A história, entretanto, reservaria para ele uma oportunidade única: o czarismo seria dessagrado numa longa guerra e cairia sob o golpe de uma burguesia inexperiente e débil. Assim, aquelas condições pré-revolucionárias que as crises econômicas não criaram na Europa, para desengano de Marx, uma grande guerra criaria na Rússia. Desta forma, se bem que isto não estivera no quadro de suas previsões,³⁴ Lênine pôde tirar partido de uma situação, cuja potencialidade revolucionária escapou desde o primeiro momento aos socialistas ocidentais, e que na Alemanha ficaria como a grande oportunidade perdida.

Lênine atribuía uma grande importância aos problemas ideológicos e afirmou que não podia haver revolução sem ideologia revolucionária. Via ele na ideologia uma força aglutinadora, capaz de incutir nas massas uma grande confiança nos seus líderes, portadores que eram de uma verdade cuja validade estava acima de qualquer dúvida. Por esta razão ele não admitia quaisquer restrições ao pensamento dos seus mestres: Marx e Engels. Cabia, entretanto, interpretá-los, e isto ele o fazia com extraordinária audácia. Em nenhum momento dei-

34. Ao despedir-se de um grupo de estudantes suíços, em 1917, quando partia para a Rússia já em processo revolucionário, Lênine afirmou que a implantação do socialismo provavelmente não seria vista por sua geração. Veja-se citação na obra de Isaac Deutscher, *Stalin* (Nova York: Vintage Boys, 1960).

xou amarrar-se por esquemas ideológicos formais. Quando deu a mais brusca guinada de sua vida, decidindo que era necessário passar da revolução burguesa à proletária, sem transição — o que provocou perplexidade em todos os marxistas contemporâneos fora e dentro da Rússia —, afirmou categoricamente que “um marxista tem que tomar em conta a vida viva e não pode continuar aferrando-se à teoria de ontem...”.³⁵ Desta forma, a teoria revolucionária era elaborada enquanto se fazia a revolução. O importante era fazer a revolução, era “chegar a ser mais forte, vencer no momento decisivo e no lugar decisivo”.³⁶ Estávamos assim diante de uma doutrina pela qual a ideologia revolucionária não surgia diretamente da luta de classes, sendo elaborada por minorias intelectuais e inculcada na classe trabalhadora por uma organização de profissionais da luta contra a polícia política, ou seja, de especialistas na manipulação da violência. Criavam-se, desta forma, perspectivas completamente novas, pois os termos do problema podiam ser totalmente invertidos em favor da burguesia. Se a revolução era obra de profissionais, também poderia sê-lo a contra-revolução; se um grupo de especialistas podia com êxito educar a classe trabalhadora na ideologia socialista, outro grupo — particularmente se dispunha de recursos *infinitamente* maiores — poderia ter igual êxito transmitindo-lhe outras formas ideológicas a serviço dos interesses da burguesia. Em outras palavras: se a ascensão da classe operária ao poder não resultava de uma *necessidade histórica* no sentido dialético, e sim era principalmente a obra de uma organização de profissionais que se propunham êsse objetivo, então as possibilidades efetivas de consumir-se o ideal socialista reduziam-se a muito pouca coisa. Foi desta conclusão que partiram os ideólogos da burguesia que abriram o caminho para o fascismo. Coube exatamente à Alemanha — onde Engels vira a experiência exemplar da classe

35. *Sobre a Dualidade do Poder e Cartas Sobre Tática in: Obras completas. Tradução inglesa* (Moscou: Instituto Lênine), vol. XX, liv. I, p. 121.

36. *Idem, idem*. Vol. XXXI, liv. I, p. 68.

operária organizada em grande partido, indicando-a como nova rota a ser aberta pelo socialismo — demonstrar os enormes recursos de que podia lançar mão uma burguesia que se atirasse pelo caminho da violência. Em 1851, analisando as razões da contra-revolução na Alemanha, Marx chamou a atenção para a enorme importância da grande massa de população formada pela pequena burguesia: “humilde diante de todo governo forte e inclinando-se para o liberalismo sempre que sobe a grande burguesia”. E acrescentava: “essa classe é tomada de um terror abjeto toda vez que a classe situada abaixo dela, os proletários, tenta um movimento independente”.³⁷ A situação em 1933 não era muito diferente, do ponto de vista da estratificação social, pois a grande massa da população alemã também agora não era formada pela grande burguesia ou pelo proletariado. As classes médias haviam substituído a pequena burguesia na constituição do maior contingente populacional do país, e aquele “terror abjeto” continuava a ser tão vivo como antes, como cabalmente o demonstraram os corifeus do nazismo.

5

DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O DESENVOLVIMENTO econômico, sendo fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas, implica modificações de tipo estrutural, tanto no sistema de produção como no de distribuição. A forma como se efetivam essas modificações depende, em boa medida, do grau de flexibilidade do marco institucional dentro do qual opera a economia. E a esse grau de flexibilidade não é alheia a maior ou menor aptidão das classes dirigentes para superar as limitações naturais de seu horizonte ideológico.

Observado *stricto sensu*, o desenvolvimento econômico é o processo de expansão do sistema produtivo que serve de suporte a uma dada sociedade. Essa expansão somente se torna factível quando atua um mecanismo de autolimitação, que a própria sociedade se impõe, com respeito à utilização do produto social. Essa autolimitação é condição necessária à acumulação, ou formação de nova capacidade produtiva. Por outro lado, a ocupação da nova capacidade produtiva exige modificação na forma como a sociedade utiliza o produto social.

Até que surgiram as modernas economias planificadas, em que a acumulação decorre de um ato deliberado de política econômica, a autolimitação que se impõem as sociedades para expandir a capacidade produtiva esteve sempre ligada a formas de distribuição da renda caracterizadas por extremas desigualdades. Esse regime de concentração da riqueza coexistiu sempre com um sistema de classes sociais em que grupos mi-

37. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*, cit. p. 11.

noritários controlam a propriedade dos bens de produção. Desta forma, o controle privado dos bens de produção pode ser entendido, do ponto de vista econômico, como um expediente que encontraram as sociedades para autolimitar-se na utilização do produto social, abrindo caminho à acumulação.

Contudo, não apenas da acumulação depende o desenvolvimento. Apóia-se este, igualmente, na força dinâmica que surge nas sociedades sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida. Se o incremento do produto, decorrente da acumulação, permanecesse indefinidamente concentrado nas mãos dos pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação. É porque parte apreciável desse novo produto se distribui entre as massas trabalhadoras que o desenvolvimento pode seguir adiante. Essas massas trabalhadoras tendem a consumir a totalidade daquilo que lhes chega às mãos e logo tomam consciência de que estão submetidas a um regime de permanente racionamento na satisfação de suas necessidades. Percebem que o mecanismo de autolimitação, que a sociedade se impõe, opera de forma discriminatória contra aqueles grupos que, como fonte de renda, têm apenas o seu trabalho.

O desenvolvimento nas sociedades capitalistas, isto é, ali onde prevalece a propriedade privada dos bens de produção, assenta, por conseguinte, em duas forças mestras: o impulso à acumulação — pelo qual a minoria dirigente procura limitar o consumo da coletividade e, ao mesmo tempo, aumentar o seu poder sobre essa coletividade apropriando-se de parcela substancial do incremento do produto — e o impulso à melhoria das condições de vida que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como no de elevação e diversificação do seu padrão de consumo.

Nas primeiras fases de desenvolvimento do capitalismo industrial — caracterizadas pela formação e ascensão de nova classe dirigente que luta para firmar-se no poder contra a in-

fluência de grupos dirigentes apoiados nas estruturas pré-capitalistas — o impulso acumulativo constitui a força predominante. Essas fases se caracterizam por uma oferta de mão-de-obra totalmente elástica, decorrência da desorganização da economia artesanal preexistente. Os salários reais não se beneficiam da elevação da produtividade, mas a desorganização do sistema de produção artesanal abre espaço para a colocação de uma crescente produção de tipo capitalista. As massas trabalhadoras exercem um papel relativamente secundário, nesta fase do desenvolvimento, cujo impulso dinâmico brota principalmente da luta da nova classe dirigente para ampliar as bases econômicas em que assenta sua capacidade de dominação.

Nas fases avançadas do desenvolvimento capitalista o pólo dinâmico tende a deslocar-se para o lado da classe trabalhadora. A institucionalização das desigualdades na distribuição da renda assegura uma elevada oferta de recursos para a acumulação, cujas limitações operam mais do lado da aptidão para efetivar novos investimentos que do lado da oferta de poupança. Entretanto, como a oferta de mão-de-obra perdeu a sua primitiva elasticidade — absorvida a maior parte da economia pré-capitalista — a massa trabalhadora ganha um papel de muito maior relevância na dinâmica do processo de desenvolvimento. Passando a oferta de mão-de-obra a depender quase exclusivamente do aumento vegetativo da população, ao mesmo tempo em que se reduz o número de horas que trabalha o indivíduo, a acumulação de capital tendeu a ser, nos países capitalistas desenvolvidos, de duas a três vezes mais rápida do que o incremento da força de trabalho. Cabia esperar, portanto, uma pressão crescente para o aumento da participação dos trabalhadores na renda social, pressão essa que deveria acarretar, por seu lado, redução na taxa de acumulação e, portanto, no ritmo de crescimento. A classe capitalista veria, em consequência, sua importância relativa dentro da sociedade reduzir-se, com o aumento da participação dos trabalhadores na renda e o declínio da importância estratégica do controle dos bens de produção.

O próprio impulso à acumulação, portanto, levaria, na fase mais avançada do desenvolvimento capitalista, ao fortalecimento crescente da posição da classe trabalhadora na luta pela distribuição da renda. Entretanto, essa tendência foi coarctada porque a tecnologia orientou-se no sentido de aumentar indiretamente a oferta de mão-de-obra. Servindo aos interesses da classe capitalista, que a financiava, a pesquisa tecnológica condicionou a evolução dos processos produtivos de forma a permitir que a acumulação se mantivesse a um ritmo suficientemente alto para absorver a poupança disponível, ao mesmo tempo que anulava os efeitos da escassez relativa de mão-de-obra sobre a distribuição da renda.

O desenvolvimento do capitalismo, na sua fase mais avançada, deriva o seu principal impulso dinâmico da agressividade da massa trabalhadora, que luta para aumentar sua participação no produto social. Essa agressividade, pondo em risco a taxa de lucro da classe capitalista, suscita como reação o interesse pelas inovações tecnológicas que tendem a reduzir a demanda de mão-de-obra por unidade de produto. Em si mesmas, essas inovações tecnológicas são um fator de criação de desemprego, atuando como força depressiva sobre a economia. Essa força depressiva, entretanto, é de um caráter muito especial, pois acarreta modificações estruturais na economia, alterando as funções de produção e recondicionando os padrões de consumo através de modificações nos preços relativos. Contudo, é a atuação das classes trabalhadoras, no sentido de aumentar sua participação no produto, que cria as condições para o avanço da tecnologia. Este, por seu lado, permite que se mantenha uma elevada taxa de acumulação, sem embargo da inelasticidade da oferta de mão-de-obra.

As classes dirigentes capitalistas, através do controle do avanço da tecnologia e da orientação do processo de investimento, conservam as posições básicas de comando nas sociedades a que pertencem. Contudo, estão elas estritamente limitadas no uso desses instrumentos de dominação. Ignorando essas

limitações, elas poderão provocar um volume de desemprego (pelo uso imoderado da automação, por exemplo) capaz de dar início a um processo de depressão que repercutiria de forma ampliada sobre os seus lucros. Como decorrência dessa necessidade de autocontenção, as classes dirigentes capitalistas foram levadas a aceitar uma participação crescente das lideranças das classes trabalhadoras nas decisões econômicas, ao nível das empresas e da economia em geral.

As modernas democracias capitalistas são o coroamento da evolução das forças que vimos de delinear. Nelas os centros de decisão mais significativos estão nas mãos da classe capitalista, detentora dos bens de produção. Contudo, o dinamismo dessas sociedades depende em última instância das aspirações e da agressividade das massas trabalhadoras, cuja participação nas decisões políticas é principalmente indireta. No plano econômico, a ação das massas trabalhadoras constitui o fator primário de desenvolvimento, orientando-se as classes dirigentes por uma estratégia defensiva, de caráter compensatório. Em períodos de guerra, reconstrução ou rearmamento, a realidade pode afastar-se desse modelo, mas para ele tende uma vez superada a fase de predomínio de fatores não econômicos sobre o processo acumulativo.

A interação dessas forças deve-se que, nesse tipo de sociedade, o exercício do poder tenda a autolimitar-se. A classe capitalista mantém sua posição de comando através de um mecanismo que leva a sociedade a autolimitar o seu consumo (processo de poupança) em benefício de grupos minoritários, o que a põe em antagonismo com as massas trabalhadoras. Por outro lado, estas, na medida em que tomam consciência de classe e reconhecem o antagonismo com os grupos capitalistas, tentam aumentar sua participação no produto, abrindo o caminho para as modificações estruturais que decorrerão da introdução de novas técnicas. A existência de antagonismos de classes é, assim, inerente ao processo de crescimento deste tipo de sociedade. A isto se devem a divisão espontânea de al-

guns centros de decisão e o mecanismo de autolimitação no exercício do poder. Sendo embora uma sociedade no essencial dirigida por uma classe, a democracia capitalista tem como característica fundamental essa autolimitação no exercício do poder. As tentativas de fazê-la monolítica ou totalitária, no plano político, têm levado seja à estagnação econômica, seja a um desvio no processo de crescimento, com a agressão externa ou outro fim não econômico atuando como pólo dinâmico. Esses desvios têm conduzido, inexoravelmente, a um impasse no plano econômico.

Para existir como uma sociedade que apóia o seu desenvolvimento em antagonismos de classes, a democracia capitalista necessita de certa flexibilidade institucional. É da própria natureza dos antagonismos de classes que eles não possam ser superados dentro de um sistema político-jurídico rígido. Os conflitos entre indivíduos podem ser resolvidos dentro de um sistema de arbitragem estabelecido em lei, pois sempre existe um interesse público que paira sobre os indivíduos e o árbitro aceito do interesse público é o Estado. O mesmo, entretanto, não se pode dizer dos conflitos entre classes sociais, pois não seria fácil definir o interesse público sem de alguma forma definir independentemente os interesses das classes que formam a sociedade. A solução dos conflitos de classes pela imposição da vontade da própria classe capitalista tornou-se mais e mais anti-social, na medida em que o desenvolvimento passou a depender do dinamismo e agressividade da classe trabalhadora. Quanto mais se desenvolve a economia capitalista, mais os interesses da classe trabalhadora corporificam os da coletividade total. Menos capacitada se torna, por conseguinte, a classe capitalista para interpretar os reais interesses sociais. Daí que a greve se haja transformado no instrumento fundamental de convivência social na democracia capitalista. Com efeito, mesmo nos momentos mais difíceis da última guerra mundial, as democracias capitalistas mais avançadas apelaram repetidamente para a greve a fim de solucionar problemas de convivência social.

Os antagonismos de classes nas democracias capitalistas traduzem-se, no plano subjetivo, em uma polivalência ideológica. Surge uma coexistência de ideologias, isto é, de distintas interpretações do interesse social e de diversos projetos com respeito ao futuro da sociedade. Cria-se, assim, uma espécie de dualismo cultural, que nenhum sistema de ensino consegue eliminar, o qual opera como tela de fundo nessas sociedades. Entretanto, o dualismo de escalas de valor não exclui a consciência de que existem interesses comuns. A afinidade de interesses vem à tona, em particular, quando se coloca o problema da dicotomia desenvolvimento-estagnação. Nas fases de crescimento todos os problemas parecem de fácil solução, e nas de estagnação as menores dificuldades parecem inamovíveis. Com efeito, nas fases de crescimento, os horizontes ideológicos se ampliam e os pontos de superposição se multiplicam. Contudo, a ambivalência ideológica fundamental está sempre presente, como reflexo do antagonismo de classes. Eliminá-la seria retirar à sociedade capitalista um dos fatores essenciais ao seu dinamismo. Como o desenvolvimento moderno se realizou no marco do Estado-Nação, através da formação e defesa dos mercados nacionais, os interesses do desenvolvimento encontraram sua expressão política máxima no nacionalismo, única ideologia capaz de integrar em sua plenitude interesses antagônicos de classes.

Como decorrência da multiplicidade de posições ideológicas e da autolimitação no exercício do poder, as democracias capitalistas são sociedades em que se abre, via de regra, um amplo espaço à ação do indivíduo. A liberdade individual pode assumir formas avançadas e dar lugar à ação criadora do homem em grau eminente. Contudo, em razão mesmo do clima de conflito ideológico, a ação criadora do indivíduo só ocasionalmente se projeta no plano da construção social. A evolução social caminha de forma mais ou menos anárquica, por aproximações sucessivas, ao sabor de conflitos sociais submetidos a formas várias de arbitragem, atuando os organismos

legiferantes na esteira das tensões sociais ou guiados por interesses mais ou menos ocultos de grupos minoritários.

Exigindo do marco institucional, por um lado, suficiente rigidez para dar firmeza a um sistema de privilégios de classe e, por outro lado, bastante flexibilidade para permitir incessantes modificações estruturais em seu sistema econômico, a evolução política das democracias capitalistas se traduziu sempre em complexos e incertos processos históricos. Naqueles países como os anglo-saxônicos, onde formas de governo representativo de grupos de crescente heterogeneidade social tiveram uma evolução precoce, o marco institucional apresentou maior aptidão para adaptar-se ao complexo jôgo das lutas de classes. Ali, entretanto, onde a tradição bizantina do direito codificado imprimiu maior rigidez ao marco institucional ou onde condições históricas deram persistência a formas de poder autocrático, a democracia capitalista evoluiu através de repetidos períodos de tensões institucionais, em que se alternam ensaios de governos representativos, mais ou menos frustrados, com períodos de ditaduras de grupos minoritários da classe capitalista e ocasionais eclosões revolucionárias de resultados quase sempre incertos.

Constitui, entretanto, uma constante da evolução política das democracias capitalistas a dupla tendência para aumentar e reduzir, ao mesmo tempo, as funções do Estado. Aumentá-las como órgão prestador de serviços — decorrência principal da urbanização e emergência de uma sociedade de massas com crescentes problemas de organização. Reduzi-las no que respeita à interferência nos processos de produção e distribuição da renda social. Por um lado, criou-se a tendência de hipertrofia do Governo como instrumento de ação do Estado, levando à formação das gigantescas burocracias modernas; por outro, prevaleceu o ponto de vista de que as atividades econômicas devem disciplinar-se por automatismos preservados da influência direta do Governo, sem o que

não seria alcançada a máxima racionalidade na aplicação dos recursos de disponibilidade limitada.

O marco institucional em que se apóia o capitalismo possui raízes profundas infiltradas em todo o processo histórico da cultura moderna. Assim, a idéia de que as relações econômicas devem ser disciplinadas por normas gerais e de que a interferência do Estado nessas normas deve ter limites encontrou apoio na filosofia do direito natural de inalienabilidade dos direitos fundamentais do homem. O direito de propriedade, considerado "inalienável", e que serviu de pedra angular à organização social capitalista, constituiu o elo entre os dois esquemas ideológicos. Cabe reconhecer que essa vinculação permitiu que se consolidasse a aspiração fundamental — trasladada da cultura grega para a européia — segundo a qual os cidadãos devem obediência às leis e não aos governantes, que estão igualmente submetidos a leis. Contudo não é menos verdade que a luta pelas liberdades cívicas, cujo primeiro ponto de apoio foram as reivindicações de liberdade de crença religiosa e que no fim do século XVIII tomou grande impulso quando se ligou, na Revolução Americana, à aspiração de independência nacional, ao vincular-se no século XIX ao *laissez-faire* econômico, permitiu ao capitalismo abrigar um sistema de privilégios de classe, no mesmo escudo ideológico e institucional preparado num esforço multissecular para proteger os direitos fundamentais da pessoa humana.

A autocontenção no exercício do poder, que indicamos como traço essencial na forma de operar da democracia capitalista, também não seria fácil de explicar fora do contexto da evolução histórica européia. Com efeito, os governos representativos modernos têm suas raízes na luta das oligarquias feudais pelo poder. Essa luta, que está na base da formação do Estado nacional moderno na Europa, resolveu-se, na quase totalidade dos casos, pela constituição de governos nacionais autocráticos. Entretanto, em casos especiais, levou à divisão do poder. Na Inglaterra, por exemplo, a existência, desde co-

meços do século XIII, de um Parlamento que representava a nobreza e limitava o poder do Rei na cobrança de impostos e na manutenção de exércitos criou condições para uma precoce evolução política. Não obstante os altos e baixos da luta entre o Poder Real e o Parlamento, um século antes da Revolução Francesa estava consolidado na Inglaterra um sistema de governo representativo. Não que o povo estivesse representado nesse governo, que era eleito pela pequena fração da população detentora de privilégios, particularmente os de propriedade. Mas não resta dúvida que estava consolidado o princípio, para uma parte da população, de que não há governo sem leis, e de que estas se fundam na vontade daqueles que a elas se submetem. A tarefa do século XIX consistiria em ampliar as bases dessa representação, numa tendência para a universalização do sufrágio que levaria à formação das atuais democracias capitalistas.

A fragmentação do poder econômico em grupos rivais, por um lado, e os conflitos de classes sociais, por outro — ambos fatos inerentes às democracias capitalistas —, criaram condições favoráveis à consolidação dos governos representativos nas mesmas. Na fase mais avançada de sua evolução, quando a classe trabalhadora passou a desempenhar um papel dinâmico fundamental ao desenvolvimento, tornou-se imprescindível um grau de elasticidade nos centros de decisão política que somente poderia ser alcançado mediante governos representativos de grandes camadas da população. O avanço do sufrágio universal, inevitável nas condições de urbanização impostas pelo desenvolvimento industrial, permitiu essa ampliação das bases da representação política. As classes dirigentes, entretanto, trataram de defender as suas posições dando maior rigidez aos elementos fundamentais do marco institucional. Desta forma, as “Constituições”, antes concebidas como salvaguardas das liberdades cívicas e normas de organização do Estado com vistas a prevenir o abuso daqueles que exercem o governo, passaram a incorporar todos os privilégios das classes dirigentes. Assim, o avanço do sufrágio universal se fez,

via de regra, paralelamente com a codificação e detalhamento das Constituições, restringindo-se substancialmente o poder de legislar, ao mesmo tempo que se permitia a sua democratização. No direito norte-americano, transplantado, em versão mitigada, para o Brasil, a capacidade para reconhecer a “constitucionalidade” uma inovação legal é privativa do poder judiciário, necessariamente o mais ligado à classe dirigente, pois excluído dos mecanismos de representação.

O problema fundamental das democracias capitalistas, na fase de incorporação das massas trabalhadoras ao processo político, consiste em permitir o avanço da representação popular sem que isso comprometa o marco institucional básico, em que se abrigam os privilégios da classe dirigente. O manejo desse problema exige grande habilidade política dos líderes dessa classe. Não que haja o risco de abandono espontâneo de posições privilegiadas, coisa que historicamente não se conhece. Mas pela tendência à adoção de posições rígidas, capazes de criar obstáculos ao desenvolvimento da sociedade.

Quanto mais ampla a base de um governo representativo, mais este estará em condições de captar as tensões sociais criadas pelos obstáculos ao desenvolvimento e traduzi-las em linguagem política. Por esta forma, abre-se caminho para o debate e a identificação de denominadores comuns que permitirão somar forças capazes de impor uma solução com o mínimo de dano para o marco institucional. Este caminho, entretanto, somente é acessível quando já se alcançou elevada representatividade no governo dos grupos econômicos e sociais de maior relevância. Sendo limitada ou insuficiente essa representatividade, escassa é a aptidão do Governo, através de seu órgão político principal, que é o legislativo, para captar em tempo oportuno aquelas tensões sociais. Neste caso, é de esperar que ocorram eclosões de forças reprimidas, levando a soluções políticas extralegais.

Na quase totalidade das democracias capitalistas, as transformações de maior relevância no marco institucional têm sido

realizadas por processos políticos extralegais, isto é, por movimentos revolucionários. Estes movimentos resultam, via de regra, de rupturas dentro das classes dirigentes e constituem, na maioria dos casos, uma forma de precipitar transformações inevitáveis, prevenindo uma maior agravação de tensões sociais que poderiam provocar movimentos de maior profundidade na estrutura social e pôr em risco a posição daquelas classes. Desta forma, nos movimentos revolucionários se entrelaçam e muitas vezes se apóiam mutuamente forças orientadas no sentido de remover obstáculos ao desenvolvimento da sociedade com outras que visam a entorpecer o autêntico processo de democratização. Assim, certas conquistas sociais são conseguidas ao mesmo tempo em que se limita, por meios oblíquos, a representatividade popular no Governo. Como essa redução da representatividade do Governo terá conseqüências em todo o processo social, reduzindo a elasticidade institucional e freando o acesso a outras conquistas sociais, o avanço logrado pelo caminho revolucionário terá sido apenas aparente.

As alternâncias entre a evolução dentro do marco institucional e as soluções extralegais, no desenvolvimento das sociedades capitalistas, constituem complexo problema que somente pode ser compreendido dentro de um contexto histórico particular. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que as duas aspirações supremas do homem moderno no plano político — as liberdades cívicas que abrigam o cidadão contra toda forma de poder arbitrário, e o Governo representativo de base popular que afiança aquelas liberdades e abre o caminho às conquistas sociais — traduzem um processo histórico que transcende ao capitalismo. Se é verdade que a estrutura da sociedade capitalista, com sua fragmentação dos centros de decisão, facilitou a consolidação daquelas aspirações, não o é menos que a rigidez do marco institucional, levando com frequência a soluções extralegais, constituiu em muitos casos um forte impedimento ao processo de democratização. Bastaria comparar a evolução do capitalismo industrial na Inglaterra e Alemanha, países em que ele se apresentou com extremo

vigor, para inferir quão independente pode ser do desenvolvimento econômico propriamente dito o avanço das liberdades cívicas e do sistema representativo de governo.

Existe alguma evidência histórica de que, ali onde uma certa experiência de Governo representativo preexistiu à Revolução Industrial ou coexistiu com esta em seus primórdios, o marco institucional apresentou maior flexibilidade, o que permitiu ao desenvolvimento econômico realizar-se sem provocar maiores rupturas no sistema político. Aparentemente, também foi neste caso que mais progrediu o processo de democratização. Por outro lado, quando o capitalismo industrial penetrou em sociedades que praticamente desconheciam governos representativos, o desenvolvimento econômico causou repetidas rupturas no processo político através de movimentos em que se combinavam elementos revolucionários e contra-revolucionários. Neste caso foram bem mais limitados os progressos no processo de democratização, isto é, de consolidação das aspirações políticas básicas antes referidas.

Mesmo nas condições históricas mais favoráveis, entretanto, o regime capitalista não conduz necessariamente à consecução do desenvolvimento econômico conjugado com uma democratização progressiva das bases do poder político. E isto por motivos ligados à própria dinâmica interna desse regime. Com efeito, o processo econômico, na fase mais avançada do capitalismo, exige a atuação progressiva de agentes de decisão centralizadores, como requisito imprescindível à manutenção da estabilidade em condições de desenvolvimento. Desta forma, as antigas economias de *laissez-faire* tenderam a ser substituídas por outras "mistas", em que o Estado controla diretamente importantes setores da produção, orienta a tecnologia e condiciona indiretamente os investimentos do setor privado. Assim, à tendência que antes assinalamos para ampliação da máquina do Estado como prestador de serviços, adicionou-se esta outra diretamente ligada ao processo econômico.

O crescimento inusitado da máquina estatal nas sociedades capitalistas, ocorrido principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, fêz-se em uma época em que o controle do Governo permanecia, na quase totalidade dos casos, nas mãos de uma limitada classe dirigente unida em torno de uma constelação de privilégios. O problema de democratização das bases do poder político, ainda em seus começos, passou a enfrentar obstáculos de novo tipo. É que a nova máquina estatal, em expansão crescente, ampliou a influência da Administração, transformando-a num novo poder, capaz de condicionar o comportamento dos órgãos políticos em importantes setores. Essa máquina burocrática com profundas ramificações no sistema econômico, tendo sido montada por um Governo controlado por uma reduzida classe dirigente, passou a representar poderoso fator de defesa do *status quo*. Desta forma, reduziu-se a eficácia política do sistema representativo de governo, mesmo muito antes que o progresso na representatividade houvesse permitido a plena democratização das bases do poder político. Em síntese, a fase de avanço na democratização, característica da época de predomínio dos órgãos representativos dentro do governo, foi substituída por outra de massificação, em que as disputas políticas se restringem a questões secundárias e as decisões fundamentais são tomadas no plano administrativo.

A fase superior de burocratização das democracias capitalistas não representa necessariamente um retrocesso com respeito às conquistas políticas fundamentais anteriormente alcançadas. O Poder Administrativo é essencialmente conservador, pois obedece a normas impessoais mais ou menos imutáveis. Essa inércia encerra um certo elemento de autocontenção, que dificulta até mesmo as incursões da arbitrariedade dos governantes. Desta forma, as conquistas obtidas pela cidadania encontram um certo tipo de proteção no Poder Administrativo. Por outro lado, a forma sutil como se realiza a expansão das agências administrativas favorece a preservação, com todo o seu ritual, dos órgãos representativos, adaptando-

-se estes às novas realidades do exercício do Poder. A plena massificação e burocratização de uma sociedade capitalista deverá significar a incorporação definitiva na estrutura social do sistema de privilégios defendido pela classe dirigente. Esses privilégios passariam a ser considerados como um dado *a priori* numa escala de valores sociais incontestada.

O problema fundamental que se apresenta é, portanto, o seguinte: como evitar que a burocratização e massificação se antecipem e frustrem o processo de efetiva democratização? Em outras palavras: como dar uma plena eficácia representativa ao Governo antes que a classe dirigente atual proteja sua constelação de privilégios com a muralha intransponível do Poder Administrativo e reduza o processo político a um simples jogo formal? Uma solução positiva para este problema pareceria exigir uma aceleração do processo político incompatível com o grau de flexibilidade do marco institucional dos regimes capitalistas. Por outro lado, a saída revolucionária tem levado inexoravelmente ao retrocesso político. Em uma sociedade de classes, caracterizada por uma ambivalência ideológica, este tem que ser, por definição, um problema de solução indeterminada. O entrelaço entre essas posições irreduzíveis é que cria as condições históricas que determinarão a solução mais viável.

As atuais estruturas subdesenvolvidas constituem caso especial dentro da evolução capitalista. A economia preexistente ao processo de industrialização era, neste caso, de tipo colonial, o que significa a dominação por grupos dirigentes submetidos a uma alienação de tipo ptolomaico, ou seja, uma incapacidade estrutural para perceber a própria posição num sistema de forças. Por outro lado, a tecnologia absorvida por essas economias não decorre de sua evolução econômica interna, pois é transplantada de sistemas muito mais avançados. Como a industrialização está principalmente orientada para a substituição de importações, a transplantação da tecnologia se faz em função da estrutura de preços do setor importador

e não do conjunto da economia. Desta forma, pode-se orientar o investimento para a criação de desemprego, não obstante existam grandes massas subempregadas dentro e fora da economia monetária. Explica-se, assim, que as atuais estruturas subdesenvolvidas sejam economias pouco dinâmicas, com fortes impulsos internos à estagnação. As condições que tendem a transformar as massas trabalhadoras num fator de dinamismo só muito lentamente se configuram. A organização da massa trabalhadora, a exemplo do que ocorre com a assimilação da tecnologia, reflete critérios setoriais e não a evolução de conjunto das forças produtivas. A luta para aumentar a participação no produto não é conduzida pelo conjunto das massas trabalhadoras e sim por grupos minoritários que ocupam posições estratégicas. Em consequência, torna-se possível à classe capitalista transferir a pressão para o conjunto da massa consumidora, pagando as próprias massas trabalhadoras pelos melhores salários dos grupos privilegiados, sem prejuízo para a participação da classe capitalista no produto. Dependendo do crescimento dessas economias, basicamente, da ação dos grupos responsáveis pelo processo acumulativo, as condições históricas que permitiram o surgimento desses grupos e dentro das quais eles atuam devem ser consideradas em cada caso, se pretendemos identificar as efetivas possibilidades de crescimento de uma determinada sociedade de estrutura econômica subdesenvolvida dentro da dinâmica do capitalismo.

6

PROJEÇÕES POLÍTICAS DO SUBDESENVOLVIMENTO

O SUBDESENVOLVIMENTO deve ser entendido, em primeiro lugar, como um problema que se coloca em termos de estrutura social. O fato de que sejam os seus aspectos econômicos os mais estudados e conhecidos é simples confirmação da tese geral de que, no processo de desenvolvimento social, aos fatores econômicos cabe, quase sempre, papel predominante. Desta forma, a caracterização do subdesenvolvimento em termos estritamente econômicos, sendo tarefa mais simples, constitui método perfeitamente legítimo com vistas a uma primeira formulação do problema. Seria, entretanto, equívoco total esperar que os economistas, usando os instrumentos de análise que lhes são próprios, viessem a esgotar essa matéria, que possui importantes aspectos a serem abordados do ângulo da sociologia e da ciência política. Pensar em subdesenvolvimento em termos de renda *per capita* constitui, entretanto, uma das obsessões de nossa época com sérios reflexos negativos para uma compreensão global do problema no plano histórico. Aos economistas coube extraordinária tarefa no desbravamento desse campo de pesquisa social, mas já não é possível continuar a apoiar-se apenas nêles para orientar-se com segurança nessa complexa matéria. Assim, continuamos a falar de planejamento econômico como se se tratasse de um problema de opção entre técnicas elaboradas por hábeis economistas, quando o planejamento pressupõe a formulação de política e uma atitude com respeito ao grau de racionalidade que se deseja alcançar em política econômica. Ora, não cabe pen-

sar em política senão em termos de fatores que condicionam o exercício do poder, o que exige superar os “modelos analíticos” e abordar a *atividade humana concreta* dentro de uma realidade histórica.

Nas estruturas sociais subdesenvolvidas, pelo simples fato de que os fatores de produção de oferta inelástica (particularmente a terra) têm uma importância relativamente grande, a divisão do trabalho social e a apropriação privada dos bens de produção refletem-se numa marcada diferenciação de classes. Com efeito, os países subdesenvolvidos são, na quase totalidade dos casos, fundamentalmente agrícolas, vale dizer, a grande massa de sua população está formada de camponeses que se contrapõem a uma minoria de latifundiários e comerciantes. Essa nítida diferenciação social em nada contribui, entretanto, para a formação de uma consciência de classe. Como já observara Marx, “a população agrícola, pelo fato de que está espalhada em uma grande superfície e pela dificuldade que tem de encontrar a base de um entendimento, jamais empreende movimento independente”.³⁸ A razão de ser desta frágil consciência de classe entre os camponeses é simples: na economia agrícola, particularmente onde predominam formas feudais ou semif feudais, os antagonismos de interesses entre as classes não desempenham um papel relevante. Como a colheita depende de fatores meteorológicos, a estes atribuem a responsabilidade pela existência de anos *bons* e *ruins*. Ali onde se introduz o regime assalariado agrícola, este surge como um grande progresso, pois quase sempre representa uma sensível melhoria de salário real com respeito à situação anterior e alcança tão-somente uma fração da população agrícola. Enquanto o artesão urbano que se proletarizava tinha a consciência de haver descido socialmente, o pequeno parceiro rural que consegue um trabalho assalariado imagina haver ascendido.

38. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*, cit., p. 15.

A importância relativa da terra como fator de produção e a “paz social” que predominou tradicionalmente nos campos, com respeito ao que ocorre nas cidades, deram sempre à classe latifundiária uma grande ascendência política nos países subdesenvolvidos. Em tais condições, o Estado tende a assumir grande parte das características de instrumento de dominação de uma classe. Ainda assim, seria cometer um engano ver nêle aquela “lôrça de repressão” a que se referiu Engels tantas vêzes. Para que o Estado venha a transformar-se em uma lôrça de repressão — e muitas vêzes isso ocorre — é necessário, antes do mais, que a luta de classes assuma uma grande importância dentro da sociedade. E não é isso o que se observa nos países subdesenvolvidos, particularmente no seu setor agrícola, base principal do poder político nessas sociedades.

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrícola — teríamos neste caso tão-somente uma economia *atrasada* — do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia agrícola *atrasada* determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores — na linguagem dos economistas — com reflexos em tôda a estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. O esquema dinâmico de causação cumulativa, elaborado por Myrdal, é de muito maior eficácia explicativa neste caso. Dada a existência de duas formas de remuneração do trabalho, de duas tecnologias de níveis extremamente diversos, de duas concepções de organização da produção, a economia dual é intrinsecamente instável.

Observada em conjunto a estrutura social subdesenvolvida, nela identificamos dois fatores que podem atuar no sentido de emprestar-lhe dinamismo: os conflitos internos do setor capitalista e as tensões criadas entre este e a economia

preexistente. Existem importantes aspectos dessas inter-relações que dão especificidade ao processo de desenvolvimento de uma estrutura dual. Assim, o desenvolvimento do setor capitalista se realiza principalmente pela absorção de fatores tomados à economia preexistente e, sempre que isto convenha aos capitalistas, pela absorção de novas técnicas. Essa possibilidade de soluções alternativas coloca a classe capitalista em situação particularmente privilegiada com respeito aos trabalhadores industriais. Com efeito, a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas constitui uma força inibitória de todo o processo da luta de classes. Desta forma o setor capitalista das economias subdesenvolvidas apresenta-se, via de regra, com pouco dinamismo, acostumando-se a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes. A este fato se deve que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantenha praticamente estacionário, alcançando aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação e por alguém já qualificada de "paz dos túmulos". Um bom exemplo dessa situação era o parque têxtil nordestino, criado a fins do século passado, que em nada se diferenciava da indústria açucareira, pelos métodos paternalistas que usava.

Não pretendemos aqui abordar diretamente o problema do crescimento de uma economia subdesenvolvida, mas convém lembrar que nas primeiras fases desse crescimento desempenha papel fundamental a ação de fatores exógenos, através do setor exportador. O impulso dado por esse setor de crescimento induzido é de importância decisiva para o desenvolvimento da "cunha" capitalista, tanto no que respeita às atividades ligadas às exportações, como no que se refere àquelas ligadas ao mercado interno. O que interessava assinalar é o reduzido dinamismo interno de uma economia dual, decorrência das características próprias de seu setor capitalista. Entretanto, as relações desse setor com a economia agrícola preexistente vão muito mais longe do que a simples transferência

de mão-de-obra. O crescimento da demanda de produtos agrícolas nas zonas urbanas, gerado pelo desenvolvimento do setor capitalista, tem necessariamente fortes reflexos no setor rural, já submetido a uma permanente sucção de mão-de-obra. Cria-se, assim, uma pressão sobre o setor rural que tende a dividi-lo passando uma parte de suas atividades para o controle direto de empresários capitalistas. Em consequência, cria-se uma situação de instabilidade para a antiga classe latifundiária, a qual procura apoiar-se nas instituições políticas para defender os seus privilégios. Na medida em que se reduz a estabilidade da velha estrutura social, maior importância assume a luta pelo poder, a qual, via de regra, passa a ser novo fator — de não pequena monta — dessa mesma instabilidade.

A classe dirigente em um país de economia subdesenvolvida tende a diferenciar-se em três setores principais: o primitivo núcleo latifundiário, o grupo controlador dos interesses ligados ao comércio exterior (sempre com amplas vinculações forâneas), e o grupo capitalista basicamente apoiado no mercado interno. O primeiro grupo se apresenta, em geral, como livre-cambista e antiestatizante, isto é, contrário a toda modificação no *status quo*, a qual se imagina teria que vir por via de ação estatal. O segundo grupo também é livre-cambista, mas o seu liberalismo já está marcado de qualificações, pois esse grupo cedo aprende a utilizar a máquina do Estado para defender os seus negócios externos. O terceiro grupo é protecionista e, sob muitos aspectos, estatizante, procurando utilizar a máquina estatal, através do crédito, do câmbio e de outros meios, para transferir recursos em benefício próprio. As discrepâncias entre esses grupos não são muito distintas daquelas que se observavam na Europa à época da implantação do capitalismo industrial entre aristocracia rural, grande burguesia financeira e grande burguesia industrial. Entretanto, enquanto na Europa do século XIX a autêntica luta de classes — entre assalariados e capitalistas — ia crescendo em importância e condicionando todo o processo social, nas estruturas subdesenvolvidas já não ocorre o mesmo. Na

ausência de um autêntico desafio dentro da própria estrutura subdesenvolvida os grupos dominantes permanecem incapacitados para solucionar suas contradições internas, o que repercute de forma adversa no desenvolvimento social. Assim o grupo latifundiário, que controla boa parte do poder político, através das *bases* rurais, e atua como força depressiva sobre o processo de desenvolvimento, pode conservar por muito tempo uma influência dominante. Da mesma forma, interesses externos ligados ao setor exportador podem impedir, em benefício próprio, o crescimento do mercado interno, sem que isso suscite reações de maior monta dentro do próprio sistema econômico. Destarte, a notória tendência para a estagnação que caracteriza muitas das atuais economias subdesenvolvidas tem raízes profundas nas estruturas sociais.

Cabe chamar a atenção para um último ponto, na caracterização das estruturas subdesenvolvidas. É a extraordinária importância que nelas o Estado tende a assumir. Demais das múltiplas razões que nos tempos atuais levam ao crescimento das máquinas estatais, independentemente do grau de desenvolvimento, cumpre assinalar que a instabilidade interna da classe dirigente acarreta uma grande valorização das posições de mando. O capitalismo interno, em face do livre-cambismo dos exportadores e do setor agrícola em geral, necessita de forte proteção estatal para sobreviver. O setor agrícola, pressionado pelo núcleo capitalista, necessita de apoio creditício em larga escala para seguir adiante, o que somente o Estado está em condições de proporcionar. O setor exportador necessita de infra-estrutura de serviços básicos para instalar-se, e isso exige decisiva participação estatal. Esse rápido aumento da máquina estatal, conjugado com o crescimento da produção de serviços em geral nas zonas urbanas — decorrência em grande parte da concentração da renda —, reflete-se numa forte expansão das classes médias assalariadas, concentradas nas zonas urbanas, com repercussões no plano político, de não pequena monta.

Em síntese, a estrutura social correspondente a uma economia dual apresenta as linhas gerais seguintes: por cima está a classe dirigente, formada de vários grupos de interesses sob muitos aspectos antagônicos e incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional, com um monopólio contestado do poder; mais abaixo, temos uma grande massa de assalariados urbanos empregados no *terciário*, que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita; segue-se a classe dos trabalhadores industriais, que não chega a representar um décimo da população ativa do país, mas constitui o seu setor mais homogêneo: por último vem a massa camponesa, a cujas características já nos referimos. Em razão da ausência de autênticas lutas de classes, no sentido estrito que caracteriza a economia capitalista, o processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores tende a ser extremamente lento. Ora, é através desse processo de tomada de consciência de classe que se forma a ideologia própria da classe trabalhadora, se bem que nessa elaboração possam ter influência decisiva os dados da experiência histórica de outros povos e a contribuição interpretativa de intelectuais. Em muitos países subdesenvolvidos — o Brasil é um bom exemplo — um prolongado processo inflacionário contribuiu para desnaturar as características originais das lutas de classes. Com efeito, em situação inflacionária, as elevações de salários podem interessar tanto aos patrões como aos empregados, pois se admite que quem pagará, em última instância, será o consumidor. Até que ponto o consumidor pagará ou não, é uma decisão que fica em mãos do Estado, cujo poder é assim enormemente aumentado. Desta forma, muito mais importante do que lutar contra trabalhadores em greve é ter o controle dos instrumentos do poder político, pois é daí que se decide quem pagará efetivamente a conta.

O processo político em um país subdesenvolvido com as características indicadas tende a apresentar-se sob a forma de uma permanente luta pelo poder, entre os grupos que compõem a classe dominante, em razão da extraordinária impor-

tância que tem o contróle da máquina estatal. Inexistindo um processo endógeno no sistema capaz de provocar a formação da consciência de classe da massa trabalhadora industrial, este grupo permanece tão disponível quanto os assalariados de classe média para serem trabalhados por ideologias da classe dominante, a serviço de suas facções internas em luta. Tais ideologias, conhecidas sob a forma genérica de populismo, têm como linguagem comum aquilo que no século XIX, se chamou de "socialismo utópico", cuja essência está em acenar com formas de redistribuição do produto social, sem preocupar-se com a organização da produção. O perigo do populismo deriva de que êle efetivamente logra provocar uma redistribuição da renda, em favor de certos grupos e em detrimento de outros, ainda que o seja durante um período limitado de tempo. Desta forma, constitui poderosa arma nas mãos de uma fração da classe dirigente contra outras. Em período inflacionário, quando o crédito assume enorme importância, essa arma pode golpear fundo. Na política populista o povo — classes assalariadas e outras de pequenas rendas — é sempre utilizado como massa de manobra, para assustar os adversários e permitir a tomada de posições-chaves. Contudo, as vitórias ocasionais são conseguidas à custa de favores concedidos a uns grupos e de promessas feitas a outros. A inflação, permitindo dar favores com uma mão e retirá-los com a outra, abre enormes possibilidades à ação populista. A consequência mais grave do populismo, do ponto de vista do desenvolvimento social, reside no fato de que desorienta os trabalhadores, incapacitando-os para distinguir os seus próprios interesses. Como observou o próprio Lênine: "Os demagogos são os piores inimigos da classe operária. Os piores, precisamente, porque excitam os maus instintos da massa, sendo impossível aos trabalhadores não desenvolvidos reconhecer seus inimigos, que se apresentam, e às vêzes sinceramente, como seus amigos."³⁹

Em determinadas condições, o jôgo populista pode tornar-se extremamente perigoso para a própria classe dirigente.

39. *Que Fazer?*, cit., p. 275.

com as massas aumentando as reivindicações ou exigindo o cumprimento de promessas formuladas em fases de excitação eleitoral. Essas circunstâncias favorecem os golpes de mão, dados por individuos audaciosos na liderança de minorias dentro das próprias classes dirigentes. Surgem, assim, as conhecidas ditaduras dos países subdesenvolvidos, de duração mais ou menos longa, cuja finalidade principal é dar maior estabilidade à estrutura social e consolidar a posição da classe dirigente, sob o predomínio de alguma de suas facções. Reduzidas as querelas internas da classe dirigente, também se reduz a importância do povo como massa de manobra. Para consolidar a sua posição, o ditador pode considerar mais efetivo "promover" o seu prestígio dentro da massa através de uma intensa propaganda, para isso concedendo favores de forma parcimoniosa a fim de realçar-lhes a significação. Do ponto de vista do desenvolvimento social, êsses períodos de "governo forte" são de efeitos sobremodo negativos. A classe trabalhadora deixa de ter conquistas para receber de cima, mediante outorga, tudo aquilo que lhe cabe no próprio interesse da sociedade como um todo. Por outro lado, a maior rigidez da estrutura social reduz a possibilidade de que os conflitos sociais endógenos de uma economia capitalista venham a exercer sua força renovadora, o que repercute negativamente sobre o desenvolvimento. Casos há em que o ditador, se bem esteja longe da idéia de modificar a estrutura social, não consegue o apoio necessário dentro da própria classe dirigente para consolidar-se. Necessitará êle então transplantar para um regime ditatorial as técnicas populistas, usando o povo como massa de manobra para pressionar os grupos dirigentes recalcitrantes. De tôdas, é essa a forma socialmente mais deletéria de populismo, pois não permitindo à massa trabalhadora organizar-se em torno de um programa próprio, leva-a para um arremêdo de luta de classes que não tem mais seriedade que um espetáculo de circo romano.

Em um país subdesenvolvido, todo "governo forte", criado por um golpe de estado, tende necessariamente para a di-

reita, mesmo que haja surgido com propósitos diversos no espírito de alguns de seus autores. Pelo fato mesmo de que resultou de um golpe, êsse govêrno deverá apoiar-se na máquina existente para alcançar alguma eficácia imediata. Sem essa eficácia imediata, êle se desgastará, vale dizer, perderá o apoio de opinião pública, necessário para manter aquêle mínimo de legitimidade sem o qual não sobreviverá. Ora, o que é viável a curto prazo é exatamente aquilo que se pode fazer pelos métodos conhecidos e com os instrumentos imediatamente disponíveis. Em realidade, os governos constituídos por processos extralegais, mesmo que se digam "fortes", se iniciam extremamente fracos e adquirem força na medida em que vão pactuando com os interesses constituídos e com os grupos organizados que detêm alguma parcela de poder. Êsses pactos são feitos inicialmente para ganhar tempo, e, por último, o são porque os objetivos iniciais já foram perdidos de vista, restando apenas o desejo de conservar o poder.

A consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido. É a partir dêsse ponto que se pode pensar em ação política para o desenvolvimento, pois o populismo somente poderá ser superado por movimentos surgidos dentro das classes assalariadas e conducentes à sua autodeterminação política. Com efeito, amadurecendo a consciência da classe trabalhadora e definindo-se com nitidez os seus reais objetivos, o populismo poderá, durante algum tempo, transformar-se em arma contra aquêles mesmos que o usam. As conquistas obtidas pela classe trabalhadora através do jôgo do populismo, se legítimas e orientadas por uma estratégia de longo prazo, poderão forçar posições básicas das classes dirigentes e criar situações irreversíveis no sentido do desenvolvimento social. A experiência do Brasil, em repetidas oportunidades, tem sido ilustrativa a êsse respeito. O Congresso Nacional, se bem que dominado pelos setores mais retrôgrados das classes dirigentes,

tem votado leis de profunda significação social — como o foram, recentemente, o estatuto do trabalhador rural e a regulamentação da remessa de lucros para o exterior — sob a pressão de um jôgo populista que o arrastou a momentos de pânico. Não resta dúvida que tôdas essas conquistas poderão ser ocasionalmente destruídas por um passo em falso, e êsse passo pode ser facilitado pela indefinição das classes trabalhadoras com respeito a seus próprios objetivos, colocando-se incondicionalmente a reboque de lideranças populistas.

Se é fundamental manter um regime democrático aberto para a ação das classes assalariadas urbanas, não o é menos estender êsse regime político à imensa massa camponesa. Na maioria dos países subdesenvolvidos, e é êste o caso do Brasil, a sociedade chamada democrática permanece praticamente fechada à participação da massa camponesa. Excluída do direito de voto por um analfabetismo compulsório, essa imensa massa quase nenhuma participação tem na vida política do país. Foi com respeito à ação política numa sociedade assim fechada que Lênine afirmou com bastante razão: "Essa luta deve ser organizada *segundo tôdas as regras da arte* por profissionais da ação revolucionária."⁴⁶ Felizmente para o processo revolucionário brasileiro, a massa camponesa não está isolada: pode contar com efetivo apoio de organizações urbanas, ampliando as suas forças para uma ação mais eficaz que o simples uso da violência. Entretanto, enquanto prevalecerem as atuais discriminações políticas contra a massa camponesa, é de esperar que em mais de uma contingência tenham curso técnicas revolucionárias de tipo leninista e, em casos particulares, com real eficácia. O movimento das ligas camponesas constitui um bom exemplo de ação política organizada com vistas à ação revolucionária e que resultou ser extremamente eficaz para a consecução de objetivos posteriormente definidos no quadro "legal". A organização da massa para atuar dentro do jôgo da luta de classes tem por base objetivos

46. *Idem*, p. 263.

que podem ser definidos em termos racionais, isto é, devem aparecer aos trabalhadores como viáveis em função dos meios que estão sendo mobilizados. O mesmo, entretanto, não se pode dizer com respeito à organização de uma massa que está excluída da própria atividade política. Neste caso pode ser necessário apelar para mitos sorelianos, e alguma razão assistia a Julião quando falava aos camponeses em termos de "guerrilhas" e de uma "nova Sierra Maestra". Esses mitos lhes pareciam muito mais reais e viáveis do que o aumento de salário que depois vieram a alcançar.

O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos — isto é, o objetivo cuja consecução assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico em uma sociedade democrática pluralista — consiste em criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham uma efetiva participação no processo de formação do poder. As atuais classes dirigentes, no caso brasileiro, não representam mais que uma parcela da população com atividade política. Em épocas passadas, essa parcela se confundia com a nação, na medida em que esta estava formada pela pequena minoria da população para quem a atividade política tinha qualquer significação, ou cujo comportamento podia ser de alguma relevância para os destinos do país. Hoje em dia, o comportamento da massa trabalhadora urbana e rural é de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, o que significa que esse comportamento deve incorporar-se ao processo político. Essa ampliação das bases políticas é essencial para que tome o seu rumo definitivo, com o custo mínimo para a coletividade, o processo de transformações sociais que já está em curso de realização. Não há nenhuma dúvida de que para nós se abriu uma época de revolução social. Resta saber se esse processo revolucionário se desenvolverá sob a forma de *atividade prática crítica*, ou como a tragédia de um povo que não encontrou o seu destino.

DIAGNÓSTICO DA CRISE
BRASILEIRA